

[Artigos Originais]

Elites, Estado e Industrialização: uma Análise *Fuzzzyset**

Renato Perissinotto

Professor de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Paraná. Brasil.

✉ E-mail: monseff@gmail.com  ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8747-7976>

Wellington Nunes

Professor de Administração Pública e Políticas Públicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Foz do Iguaçu, Paraná. Brasil.

✉ E-mail: gton_nunes@yahoo.com.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9344-7324>

DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.4.302>



*Uma versão preliminar deste artigo, analisando apenas nove casos, foi apresentada no 12º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em outubro de 2020.

Resumo

Elites, Estado e Industrialização: uma Análise *Fuzzzyset*

A partir de diálogo com ampla literatura sobre industrialização em países tardios, o artigo testa a hipótese geral de que a presença de uma elite disposta a perseguir o objetivo da industrialização e capaz de forjar coalizões políticas que a sustentem é condição necessária para a promoção do desenvolvimento industrial em países tardios. Há duas hipóteses correlatas: a) a presença daquela elite está intimamente vinculada à construção de instituições eficientes para a promoção da industrialização; b) o tipo de Estado criado depende do tipo de elite em questão e a combinação entre tipo de elite e tipo de Estado gera rotas distintas de transição para sociedades industrializadas. Ao fim, as hipóteses são testadas mediante uma análise *fuzzzyset* com treze casos: três negativos (Zaire, Nigéria e Filipinas); cinco intermediários (Índia, Chile, Argentina, México e Brasil) e cinco positivos (Suécia, Noruega, Coreia, Taiwan e Japão). Os resultados confirmam as hipóteses de pesquisa.

Palavras-chave: elites; industrialização tardia; Estado; comparação; análise QCA

Abstract

Elites, State and Industrialization: a *Fuzzzyset* Analysis

Based on a dialogue with a vast literature on latecomer countries, the article tests the general hypothesis that the presence of a modernizing elite willing to pursue the goal of industrialization and capable of forging political coalitions to sustain it is a necessary condition for the promotion of industrial development in those countries. We have two other related hypotheses: a) the presence of that elite is closely linked to the construction of efficient state institutions for the promotion of industrialization and b) the type of state created depends on the type of elite in question and the combination of type of elite and type of State generates distinct transition routes for industrialized societies. In order to test these hypotheses, we performed a *fuzzzyset* analysis of thirteen cases: three negative cases (Zaire, Nigeria and the Philippines); five intermediary cases (India, Chile, Argentina, Mexico and Brazil) and five positive ones (Sweden, Norway, Korea, Taiwan and Japan). Our data points to the confirmation of the research hypotheses.

Key words: elites; late industrialization; State; comparison; QCA analysis

Résumé

Élites, État et Industrialisation : une Analyse *Fuzzzyset*

S'appuyant sur un dialogue avec une abondante littérature sur l'industrialisation dans les pays tardifs, l'article teste l'hypothèse générale selon laquelle la présence d'une élite désireuse de poursuivre l'objectif d'industrialisation et capable de forger des coalitions politiques qui la soutiennent est une condition nécessaire pour favoriser le développement industriel dans les pays tardifs. Il existe deux hypothèses corrélées : a) la présence de cette élite est étroitement liée à la construction d'institutions efficaces pour la promotion de l'industrialisation ; b) le type d'État créé dépend du type d'élite en question, et la combinaison du type d'élite et du type d'État génère différentes voies de transition vers les sociétés industrialisées. Enfin, les hypothèses sont testées à travers une analyse *fuzzzyset* avec treize cas : trois négatifs (Zaïre, Nigéria et Philippines) ; cinq intermédiaires (Inde, Chili, Argentine, Mexique et Brésil) et cinq positives (Suède, Norvège, Corée, Taïwan et Japon). Les résultats confirment les hypothèses de recherche.

Mots-Clés: élites; industrialisation tardive; État; comparaison ; analyse QCA

Resumen

Élites, Estado e Industrialización: un Análisis *Fuzzzyset*

A partir del diálogo con amplia literatura sobre industrialización en países tardíos, este artículo comprueba la hipótesis general de que la presencia de una élite dispuesta a perseguir el objetivo de la industrialización y capaz de forjar coaliciones políticas que la sustenten es una condición necesaria para la promoción del desarrollo industrial en países tardíos. Encontramos dos hipótesis correlacionadas: a) la presencia de dicha élite está íntimamente vinculada con la construcción de instituciones eficientes para la promoción de la industrialización b) el tipo de Estado creado depende del tipo de élite en cuestión y la combinación entre tipo de élite y tipo de Estado genera rutas distintas de transición para sociedades industrializadas. Finalmente, las hipótesis son comprobadas mediante un análisis *fuzzzyset* con trece casos: tres negativos (Zaire, Nigeria y Filipinas); cinco intermedios (India, Chile, Argentina, México y Brasil) y cinco positivos (Suecia, Noruega, Corea, Taiwán y Japón). Los resultados confirman las hipótesis de investigación.

Palabras clave: élites; industrialización tardía; Estado; comparación; análisis QCA

Introdução

A literatura que estuda processos de transição tardia de sociedades agrárias para sociedades industrializadas em perspectiva comparada mobiliza diversas variáveis para entender por que algumas são bem-sucedidas e outras não. Quase sempre, um argumento predominantemente institucionalista, centrado nas capacidades estatais, combina-se com a mobilização de variáveis de outra natureza, notadamente os condicionantes históricos dos processos de transição e as conjunturas críticas que servem de estímulo ou de obstáculo para que uma sociedade abandone o seu antigo modelo econômico (cf. Acemoglu e Robinson, 2012; Amsden, 1989; Chang, 2006, 2010; Chibber, 2003; Evans, 1995, 2010; Gerschenkron, 1976; Haggard, 2015; Kohli, 2007; Wade, 1988, 1990; Waldner, 1999).

Uma outra parcela da literatura, porém, sem abandonar a importância das variáveis acima identificadas, confere centralidade aos grupos que criam e conduzem essas instituições em momentos críticos para o processo de transição nas sociedades analisadas. Stephen Haggard (1990), David Waldner (1999), Atul Kohli (1999), Ha-Joo Chang (2006) e Thurbon (2016), por exemplo, defendem ir além de um argumento estritamente institucionalista, pois avaliam não ser possível derivar automaticamente as *policies* promotoras da industrialização de certos parâmetros institucionais. Para que as instituições produzam tais *policies* não basta que tenham capacidade para fazê-lo, mas é preciso também que se combinem com a disposição das elites para formulá-las e para construir as instituições adequadas à sua implementação.

Este artigo é inspirado nessas proposições. A partir delas, pretende testar a hipótese de que a presença de uma elite modernizadora, subjetivamente disposta a perseguir, numa dada conjuntura crítica¹, o objetivo da industrialização e capaz de forjar coalizões políticas que a sustentem é uma *condição necessária* para a promoção do desenvolvimento industrial em países tardios. Vinculada a essa hipótese mais geral, temos outras duas que lhes são correlatas. A primeira é que a presença daquela elite está intimamente vinculada à construção de instituições estatais eficientes para a promoção da industrialização e que podem assumir diferentes formas. A segunda, afirma que o tipo de Estado criado depende do tipo de elite em questão e que a combinação entre essas duas variáveis gera rotas distintas de transição para sociedades industrializadas.

A fim de testar essas hipóteses, foram escolhidos treze casos: três deles, casos negativos, que fracassaram na transição de uma sociedade agrária tradicional para uma sociedade industrial (Zaire, Nigéria e Filipinas); cinco que fizeram uma transição relativamente bem-sucedida, embora em graus diferentes (Índia, Chile, Argentina, México e Brasil); e cinco casos que transitaram com sucesso de sociedades agrárias para sociedades plenamente industrializadas (Suécia, Noruega, Coreia, Taiwan e Japão)². Os casos serão comparados com base no modelo analítico apresentado na seção seguinte, formulado a partir de informações coletadas em ampla literatura referenciada ao longo do artigo.

Metodologicamente, os casos e as condições que os caracterizam serão analisados a partir da Análise Qualitativa Comparativa, em sua variante *fuzzzyset* (fsQCA). Essa ferramenta, introduzida pioneiramente nas ciências sociais por Charles Ragin (1987), foi escolhida porque permite traduzir relações causais complexas entre condições contextualmente específicas em termos de relações de necessidade e suficiência. Isso é feito por meio da comparação sistemática de todas as combinações logicamente possíveis entre o conjunto de condições causais do nosso modelo e a variável de resultado (a industrialização tardia). Maiores detalhes sobre as características do método são apresentados no item 3 deste artigo.

Para a análise *fuzzzyset* desses treze casos, organizamos o artigo da seguinte maneira. Na primeira seção, são apresentadas a justificativa da escolha dos casos e uma rápida descrição das condições causais a serem levadas em consideração para a análise, identificadas a partir da literatura sobre industrialização comparada em países tardios. A segunda parte contém uma brevíssima descrição dos casos analisados usando as mesmas condições descritas na seção anterior como fio condutor da narrativa. Por fim, na última seção, é realizada a análise *fuzzy* (fsQCA) das configurações causais resultantes das combinações de condições em cada um dos casos analisados neste texto. A conclusão sintetiza os achados da pesquisa e aponta alguns caminhos para pesquisas futuras.

Os casos e as variáveis

por que comparar Zaire, Nigéria, Filipinas, Índia, Chile, Argentina, Brasil, México, Suécia, Noruega, Japão, Coreia do Sul e Taiwan? Essa pergunta exige, antes de considerações acerca da pertinência dos casos escolhidos, observações quanto a uma possível postura teleológica desse tipo de desenho de pesquisa. Pierre Clastres (2003) já alertou que não cabe

definir sociedades por aquilo que lhes falta. Faria sentido, então, perguntar sobre as razões da ausência de desenvolvimento industrial em sociedades que nunca se colocaram esse objetivo? Seria correto indagar sobre o “fracasso das nações” em atingir o desenvolvimento capitalista e a democracia liberal se elas não se propuseram a perseguir nenhum desses objetivos? Não estaríamos cometendo o pecado do etnocentrismo ao transformar em problema a ausência de uma característica valorizada por certas sociedades, mas não por outras? Os casos analisados neste artigo, de uma maneira ou de outra e com maior ou menor intensidade, contam com a presença de grupos que almejavam a transição de uma sociedade agrária para outra, de tipo industrial. Mesmo no caso de elites predatórias, como as que governaram Zaire, Nigéria e Filipinas, por exemplo, o progresso econômico esteve no horizonte político desses grupos, ainda que fosse com o objetivo de aumentar o tamanho do butim a ser distribuído entre suas clientelas. Assim, como diz Chibber (2003:8-9), se essa intenção estava presente, faz sentido então perguntar por que em algumas sociedades ela se realizou quase plenamente, por que em outras ela avançou, mas ficou aquém do desejado, e por que em outras ela fracassou completamente.

Posto isso, como justificar a escolha desses casos especificamente? A resposta a essa questão pode ser dada de duas maneiras. A mais simples consiste em dizer que tais casos são muito recorrentes na literatura comparativa sobre industrialização e desenvolvimento econômico, pois conjugam exemplos de fracasso, de sucesso e de desempenho intermediário (cf. Blomström e Meller, 1991; Chibber, 2003; Evans, 1995; Haggard, 1990, 2015; Kohli, 2007; Wade, 1990; Waldner, 1999; Weiss e Hobson, 1995). Essa literatura se pergunta a respeito do que teria causado esse sucesso ou fracasso e, em seguida, apresenta uma lista de variáveis recorrentes nos diversos países, cuja ausência ou presença ajudaria entender o resultado positivo ou negativo em cada caso. É a partir desses estudos que as condições causais apresentadas adiante são sistematizadas.

A segunda maneira de justificar essas escolhas é mais complexa. É possível dizer que a comparação em questão segue o método da diferença tal como sistematizado por Stuart Mill (2004), ou, como ficou mais conhecido na literatura, *the most similar system design*³. Mas aqui emerge um problema, já que os casos negativos (Zaire, Nigéria e Filipinas) são muito diferentes em relação aos casos positivos (Suécia, Noruega, Coreia, Taiwan e Japão), o que contraria o pressuposto da similaridade entre os casos positivos e negativos exigido por esse método. Esse problema apenas expressa, como

observa o próprio Stuart Mill, a quase impossibilidade de se encontrar na história *ready-made cases* que se encaixem perfeitamente nas exigências daquele método, obrigando-nos a lançar mão de uma estratégia menos rigorosa, que o mesmo Stuart Mill (2004:259) chama de “método indireto da diferença”. Por meio desse procedimento, exige-se, de um lado, casos positivos que tenham em comum *apenas* as supostas condições causais do fenômeno que se quer explicar e, de outro, casos negativos que tenham em comum *apenas* a ausência dessas mesmas condições. Pode-se, desse modo, dizer que as condições em relação às quais os dois conjuntos de casos diferem são a causa do fenômeno. Acreditamos que o conjunto dos países aqui analisados se aproxima desse procedimento⁴.

A partir de uma análise sistemática da literatura sobre o processo de industrialização dos países aqui analisados, são quatro as condições importantes (as “variáveis independentes”) que afetam a possibilidade de seu fracasso ou sucesso em países tardios como esses. Essas quatro condições podem ser divididas em dois blocos, a saber, um que remete às condições que são prévias ao processo de industrialização, isto é, devem estar presentes para que o sucesso ocorra, e outro relacionado a uma condição que é sincrônica ao processo de industrialização e afeta o seu grau de sucesso. É evidente que a presença dessa condição sincrônica implica logicamente a presença de condições prévias, de modo que a força daquela ajuda a explicar a força dessas últimas. As condições em questão e uma descrição sucinta de cada uma delas são as seguintes.

a) Condições prévias:

a.i) *Legado histórico*: remete-nos a duas dimensões: uma econômica e outra institucional. Do ponto de vista econômico, a questão é saber se no país em questão houve anteriormente um desenvolvimento que tenha produzido um parque industrial relativamente diversificado que, por sua vez, tenha servido como ponto de partida positivo para o processo de industrialização subsequente. Quanto à dimensão institucional, um legado fundamental é a presença de um aparelho estatal razoavelmente desenvolvido e centralizado que facilite a construção das capacidades institucionais necessárias para a promoção eficaz do desenvolvimento industrial. Países sem nenhuma dessas condições terão mais dificuldades do que os países com apenas uma delas e esses terão mais obstáculos do que aqueles que possuem as duas (Amsden, 1979, 1989, 2001; Bulmer-Thomas, 1998; Cumings, 1989; Katzenstein, 1985; Kohli, 2007; Wade, 1988, 1990).

a.ii) *Tipo de conjuntura crítica*: na literatura sobre desenvolvimento encontramos dois tipos claramente distintos de conjuntura crítica, a saber, conjunturas marcadas pela presença de uma crise que coloca em xeque os fundamentos econômicos previamente existentes – criando uma situação em que a transição de uma sociedade agrária para outra, de tipo industrial, apresenta-se como uma possibilidade real – e aquelas que configuram clara ameaça à soberania nacional. Avaliamos que a ameaça à soberania nacional é um incentivador muito mais dramático e, por isso, causalmente mais forte do que a crise econômica. Há países que, por outro lado, vivenciam conjunturas críticas que produzem pouco ou nenhum incentivo com relação à industrialização. Teríamos, então, conjunturas críticas ineficazes, razoavelmente eficazes e muito eficazes (em geral, uma combinação de crise econômica com ameaça à soberania nacional) quanto à sua estrutura de incentivos à industrialização (Allen, 1981; Amsden, 1989, 1979; Bulmer-Thomas, 1998; Cumings, 1989; Evans, 1995; Ffrench-Davis *et al.*, 1998; Kohli, 2007; Smith, 1989; Wade, 1988, 1990).

a.iii) *Elite modernizadora*: nesse caso, trata-se de saber se o país conta com uma elite modernizadora que, além de ser capaz de forjar coalizões político-sociais que sustentem seu potencial transformativo, pensa a industrialização como um objetivo a ser intencionalmente perseguido. Ou seja, essa elite é ideologicamente engajada com a ideia de industrialização e, ao mesmo tempo, capaz de intermediar a formação daquilo que Amable e Palombarini (2009) e Amable (2016) chamam de “bloco social dominante”, gerando um “equilíbrio político” favorável à realização de seus objetivos modernizantes. Essa condição aponta, portanto, para a presença de uma intenção e da capacidade de realizá-la. Há países em que essa elite não está presente; há países em que essa elite se faz presente, mas com pouca capacidade de ação; e há outros em que essa elite é comprometida com a transformação e capaz de realizá-la (Amsden, 1979, 1989; Bendix, 1996; Gao, 1997; Gerchenkron, 1976; Haggard, 1990; Isett, 2019; Johnson, 1982, 1995; Katzenstein, 1985; Kohli, 2007; Lai, 2018; Leftwich, 1995, 2010; Moore Junior, 1983; Shonfield, 1968; Wade, 1988, 1990; Waldner, 1999).

b) Condição sincrônica:

b.iv) *Tipo de Estado*: a questão aqui é saber se o país em análise conta com a presença de um Estado com capacidade de intervenção econômica e de formular e implementar decisões favoráveis à industrialização. A capacidade estatal, nesse caso, refere-se não apenas à presença de uma

burocracia econômica competente e coesa, mas também à institucionalização de um padrão de relacionamento com grupos e classes estratégicos da sociedade que potencializa a eficácia da intervenção estatal⁵. Para retornar às ideias de Amable e Palombarini (2009) e Amabile (2016), isso gera uma “configuração institucional” na qual há forte “complementariedade” entre o tipo de Estado, o tipo de bloco social dominante e o tipo de industrialização nas sociedades aqui analisadas. Dito de outro modo, há tipos de Estado que se constituem em obstáculos ao processo de industrialização, seja porque são desprovidos de recursos organizacionais, seja porque se transformam em quase propriedade privada dos grupos poderosos (os chamados “Estados predatórios” ou “extrativistas”), que, desse modo, reúnem poder suficiente para se transformar em *vetoplayers* quanto às decisões de política econômica. Ao contrário, existem tipos de Estado que não só são robustos quanto aos recursos institucionais que possuem, como também estabelecem com as classes e grupos estratégicos de suas respectivas sociedades uma relação virtuosa que aumenta o potencial de sua capacidade institucional (Amsden, 1979, 1989, 1996, 2001; Esping-Anderson, 1990; Evans, 1995; Fonseca, 2014; Haggard, 1990; Isett, 2019; Katzenstein, 1985; Leftwich, 2000; Waldner, 1999; Weiss e Hobson, 1995)⁶.

Vejam os a seguir como essas condições se combinam nos casos escolhidos por nós. Mas antes de prosseguir é importante explicitar o marco temporal das análises. A despeito do modelo analítico apresentado acima lidar com legados históricos distantes no tempo, o marco temporal para cada país toma como ponto de partida a conjuntura crítica na qual a industrialização surge como uma alternativa plausível ao antigo modelo econômico e se estende para algo em torno de três a quatro décadas após esse momento, a depender do país. A literatura, citada ao longo das descrições estilizadas dos casos, permite produzir uma avaliação do projeto de industrialização (se bem-sucedido ou não) em cada um deles. Assim, tomando como ponto de partida as conjunturas críticas descritas no item a seguir, o marco temporal aproximado para cada país é o seguinte: Zaire (1960-1997), Nigéria (1960-1995), Filipinas (1946-1986), Índia (1947-1980), Chile (1929-1973), Argentina (1929-1966), México (1920-1970), Brasil (1929-1964), Suécia (1933-1976), Noruega (1935-1970), Coreia do Sul (1948-1980), Taiwan (1949-1980) e Japão (1868-1920).

A descrição dos casos

Por questões de espaço, não é possível descrever densamente os casos aqui analisados. Dessa forma, a seguir será apresentada, de forma altamente estilizada, como cada uma das condições do modelo apresentado anteriormente operou na história desses países.

Zaire (1960-1997)

O caso do Zaire representa uma somatória de fatores negativos que impediram a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade industrializada. Após um rápido período de expansão econômica entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, o caráter predatório de suas elites dirigentes se impôs e destruiu a economia de uma nação que estava longe de ser pobre em recursos naturais. A partir de então, sob domínio de Mobutu, o país encenou uma tragédia em termos de desenvolvimento que pode ser compreendida na chave analítica aqui proposta:

a) No que se refere ao legado histórico, tanto do ponto de vista econômico (uma economia agrária de tipo tradicional e extrativista) quanto institucional (um aparelho estatal parcamente organizado) (Acemoglu e Robinson, 2012), este era francamente desfavorável.

b) Some-se a isso uma conjuntura crítica, compreendendo um período de cinco anos entre a independência (1960) e o golpe de Estado pelo qual Joseph Mobutu ascendeu ao poder em 1965, que não gerou incentivos transformadores. Após a independência, o país foi jogado na voragem da guerra civil, lá permanecendo até a ascensão de Mobutu (Young e Turner, 1985).

c) Depois disso, embora tenha conseguido pôr fim ao período de guerra civil iniciado com a independência e permanecer no poder por mais de três décadas, a elite liderada por Mobutu nem de longe pode ser caracterizada como modernizadora. Trata-se, em vez disso, de uma elite predatória que tratou, sobretudo, de apropriar-se privadamente dos recursos do país (Evans, 1995; Wedeman, 1997).

d) Por fim, o Estado “autoritário” (Young e Turner, 1985) ou “predatório”⁷ (Evans, 1995), organizado por essa elite, acabou por inviabilizar o desenvolvimento industrial no Zaire. Assim, ainda que a participação somada da mineração e da metalurgia no Produto Nacional Bruto (PNB) tenha evoluído de 33%, em 1965, para 41%, em 1972 (Kabwit, 1979:401),

a partir de 1975, a economia zaireana iniciou um processo contínuo e deprimente de deterioração que durou mais ou menos duas décadas, até o colapso completo no início dos anos noventa (Kabwit, 1979; Wedeman, 1997; Young e Turner, 1985).

Nigéria (1960-1995)

Atul Kohli é taxativo ao dizer que “a tentativa da Nigéria de promover a industrialização tem sido um triste fracasso” (2007:329). Em 1960, ano da independência do país, a atividade industrial representava apenas 4% do PIB. Durante os anos seguintes, a indústria oscilou entre 8% e 10%. Em 1995, apesar de parte dos recursos financeiros oriundos da indústria petrolífera ter sido canalizada para o setor industrial pelos regimes militares, a indústria havia caído para apenas 5% do PIB (Kohli, 2007:329,359). Ao longo desses anos, como se comportam as quatro condições do nosso modelo no caso nigeriano? Vejamos uma a uma:

a) No que concerne ao retrospecto histórico, o país é marcado por um legado francamente desfavorável ao desenvolvimento industrial tanto no que diz respeito à economia colonial herdada, agrária e tradicional, quanto a um aparato estatal extremamente frágil e descentralizado.

b) A conjuntura crítica, por sua vez, é pouco estimulante; isto é, um processo de independência (1960) negociado que não gerou incentivos transformadores significativos, mas, ao mesmo tempo, bastante destrutivo, pois mergulhou o país numa série de guerras civis e golpes militares.

c) Com a conquista de sua soberania nacional, a Nigéria passou a ser conduzida por uma elite dividida (em termos étnicos e tribais) e hesitantemente compromissada com o desenvolvimento industrial.

d) Como resultado, o tipo de Estado resultante desse processo é institucionalmente fraco, desarticulado e incompetente para gerar incentivos de modernização, além de marcado por uma relação promíscua com os detentores da riqueza e imerso em relações de patronagem. Essa situação combina-se com a força inercial das tradições agrárias e com uma sociedade cujo polo mais moderno é controlado essencialmente por estrangeiros (Ekundare; 1973; Falola e Heaton, 2008; Kohli, 2007; Lewis, 1994).

Filipinas (1946-1986)

No que diz respeito às Filipinas, embora o país tenha passado por um ensaio desenvolvimentista durante os anos 1950, não se trata de mais um caso de sucesso do Sudeste da Ásia: nas três décadas seguintes, enquanto Japão, Coreia do Sul e Taiwan se industrializaram de forma acelerada, a República das Filipinas permaneceu na pobreza. Vejamos como nossas condições causais se comportam neste caso:

a) Apesar de um legado econômico positivo (economia agroexportadora desenvolvida), verificamos um legado institucional muito negativo (aparelho estatal fraco e fragmentado), o que dificulta o estabelecimento de qualquer projeto econômico razoavelmente estável. Esses dois traços constitutivos do Estado filipino, de acordo com a literatura, emergem já nas últimas décadas de domínio espanhol (até 1898) e se acentuam sob domínio norte-americano (até 1946) (Hutchcroft, 1991).

b) Logo após sua independência, em 1946, a República das Filipinas esteve diante de uma típica conjuntura crítica em termos econômicos e políticos. No primeiro caso, uma grave crise no balanço de pagamentos possibilitou a utilização de medidas econômicas heterodoxas para enfrentá-la. Do ponto de vista político, um levante comunista foi superado com a ajuda dos Estados Unidos, de um lado, e pelas fragilidades internas do movimento insurrecto, de outro. A reconhecida debilidade institucional do aparelho de Estado filipino impediu que essa janela de oportunidade fosse aproveitada para seguir a trilha do desenvolvimento (Rivera, 1994).

c) A ascensão de Ferdinando Marcos, por sua vez, ocorreu em um contexto de expansão da competição entre as elites que acabou gerando rebeliões violentas. Nesse cenário conturbado, ao assumir o poder em 1965, Marcos ordenou a demissão dos generais que haviam servido ao seu antecessor (Macapagal) e instaurou uma “cadeia de comando personalizada” dentro das forças armadas nacionais – com o auxílio de seu sobrinho, Major Fabian Ver: “esse aparelho coercitivo personalizado tornou-se o núcleo da ditadura de Marcos” (Moran 1999:578).

d) Sob Ferdinando Marcos (1965-1986), embora tenha se tornado mais autoritário, o Estado filipino não passou a ser mais autônomo, muito ao contrário: tratou-se de uma ditadura personalista em que a promiscuidade das relações entre Estado e sociedade atingiram o paroxismo – seja na forma de saque puro e simples de recursos públicos por parte do

presidente, seus parentes ou amigos, seja na forma de oferecimento de oportunidades econômicas para clientela específicas (Callaghy, 1984; Crouch, 1985; Hutchcroft, 1991; Moran, 1999; Rivera, 1994; Wolters, 1984).

Índia (1947-1980)

Segundo a literatura, a Índia é um caso misto no que diz respeito ao seu processo de industrialização. Após a independência, em 1947, adquiriu com o passar dos anos uma base industrial bem mais diversificada e sofisticada que Zaire e Nigéria, mas fica muito aquém de países como Brasil e Coreia. Entre os anos 1950 e 1980, a economia do país teve um crescimento lento, com uma taxa anual de 3% a 3,5%, subindo para 6% a partir daquele último ano. O crescimento industrial, por sua vez, foi de 7,4% anuais entre 1950-1964, menor do que o Brasil, caindo, sobretudo por razões políticas, para 3,8% entre 1965 e 1979, e voltando a subir para 6,2% entre 1980-2000 (Amsden, 2001; Chibber, 2003; Kohli, 2007) Ao longo desses anos, como se comportam as quatro condições do nosso modelo? Vejamos uma a uma:

a) Herdeira de um passado colonial ambíguo, com uma economia sem qualquer desenvolvimento industrial significativo e com um Estado avançado em termos burocráticos (graças ao *Indian Civil Service*), mas limitado quanto à sua capacidade de intervenção econômica, a Índia colonial encontrava-se numa posição menos vantajosa que Brasil e Argentina para enfrentar o processo de transição para uma sociedade industrial.

b) A conjuntura crítica que a desafiava não era tão dramática, já que, a despeito das lutas nacionalistas, a independência (1947) veio de forma razoavelmente tranquila, sem revoluções violentas, nem grandes ameaças externas à soberania do país – pelo menos nos seus momentos iniciais.

c) A elite que assumiu a tarefa de construir a Índia independente, depois de 1947, organizada no Congresso Nacional Indiano, estava à frente de um movimento fortemente nacionalista e industrialista, mas fracamente organizado e muito fragmentado do ponto de vista de sua base social. Ou seja, uma elite fortemente compromissada ideologicamente, mas sem capacidade de agir efetivamente na busca de seus objetivos.

d) Disso decorreu um Estado pouco capaz de interferir na economia e, talvez ainda mais importante, fraco perante os diversos grupos e classes que se colocavam perante ele, sobretudo perante as tradicionais elites agrárias (*zamindars*), que sempre se constituíram em poder de veto às

propostas de industrialização. Nesse sentido, a autonomia do país em relação ao capital estrangeiro significou pouco, pois os maiores limites à capacidade estatal vinham da política interna (Chandra *et al.*, 1999; Chibber, 2003; Evans, 1995; Kohli, 2007; Kumar e Raychaudhuri, 2008; Moore Junior, 1983).

Chile (1929-1973)

Segundo a literatura, a economia chilena foi uma das mais duramente atingidas pela crise de 1929, o que inviabilizou a continuidade da política ortodoxa instituída pela Missão Kemmerer em 1925. Por causa disso, o Chile iniciou um processo de industrialização por substituição de importações (ISI) ainda no começo da década de 1930, enquanto muitos países do continente somente o fariam após a Segunda Guerra (Drake, 1984; Duarte, 2019; Meller, 1998). Mas esse processo perdeu fôlego já em meados dos anos 1950, quando se iniciou o período caracterizado pela literatura como “la crisis integral de Chile” ou “el desarrollo frustrado”, que culminou no golpe de Estado de 1973 (Muñoz, 1995; Ortega, 2016; Yurisch, 2012). Vejamos como nossas condições causais se comportam neste caso:

a) A industrialização no Chile contou com um legado favorável do ponto de vista econômico (a infraestrutura econômica e social oriunda do *ciclo salitrero*), mas ambíguo em termos institucionais (a capacidade de intervenção estatal foi ampliada no período 1855-1930, mas os conflitos entre capital e trabalho instalaram-se precocemente, dificultando a condução de um projeto industrializante).

b) De maneira muito similar ao ocorrido em outros países latino-americanos, a crise de 1929 representou um *turning point* em termos econômicos. Segundo Patrício Meller, por exemplo, o impacto da Grande Depressão na economia chilena foi tão profundo que provocou uma mudança de paradigma no padrão de desenvolvimento: “el ‘desarrollo orientado hacia adentro’ reemplazó al ‘desarrollo orientado hacia afuera’” (Meller, 1998:47).

c) A janela de oportunidade que se abriu com a conjuntura crítica de 1929, porém, não foi satisfatoriamente aproveitada pelas elites que estiveram à frente do Estado nas décadas seguintes; seja porque havia dúvida sobre se a estratégia industrializante seria a melhor alternativa, seja porque não foram capazes de liderar e sustentar o processo de *state-building* necessário para viabilizá-lo (Duarte, 2019; Meller, 1998; Ortega, 2016; Yurisch, 2012).

d) Não chega a ser surpresa, portanto, que o Estado chileno tenha continuado a ser, nas décadas seguintes à crise 1929, incapaz de liderar uma estratégia industrializante, tanto de um ponto de vista organizacional (ausência de uma burocracia competente e comprometida com esse objetivo) quanto político (ausência de autonomia em relação aos interesses contraditórios presentes na sociedade) (Ortega, 2016).

Argentina (1929-1966)

Uma das maiores economias do mundo em termos de PIB *per capita* nas primeiras décadas do século XX, à frente de países como Estados Unidos, Canadá e Austrália, e sede da mais vigorosa economia agroexportadora do planeta, a Argentina tinha também o parque industrial mais amplo e diversificado da América Latina nesse momento. Entre 1930 e 1970, a indústria foi responsável por 70% do total do aumento do valor agregado na economia, enquanto a agricultura representou apenas 17% (Ferrer, 2012:329). A despeito dessas mudanças, a industrialização argentina ficou aquém do que foi atingido no Brasil nesse setor (Amsden, 2001, cap. 6). Nesse processo, como se comportaram as variáveis do nosso modelo?

a) Do ponto de vista do legado histórico, a Argentina tinha, na dimensão econômica, um ponto de partida muito positivo, com uma economia exportadora pujante e geradora de um parque industrial relativamente robusto. No entanto, na dimensão institucional, contava com um Estado frágil quanto à sua capacidade de intervenção na economia.

b) A conjuntura crítica vivenciada pelo país conjuga a grande depressão de 1929 com o golpe militar de 1930. A crise de 1929 representou um claro incentivo para alterar o rumo do desenvolvimento do país, já que estavam abalados os pilares da economia agroexportadora e surgiram fortes incentivos para a substituição de importações.

c) No entanto, esse momento foi subaproveitado, uma vez que o golpe de 1930 permitiu a ascensão ao poder de uma elite política e estatal mais interessada em recolocar o país nos trilhos da economia agroexportadora do que promover a sua definitiva industrialização – ainda que algumas medidas heterodoxas no campo da política econômica tenham sido implementadas. Mesmo durante o peronismo, após 1946, a industrialização ocupou um lugar subordinado (e não articulado) ao tema da justiça social, hegemônico no pensamento católico que orientava o movimento (Rougier, 2012; Zanatta, 1996).

d) No que concerne ao tipo de Estado, esse processo resultou na ausência de recursos institucionais e de planejamento. Ademais, tanto os empresários nacionais do setor industrial, como as elites agrárias e o movimento operário, foram forças com poder de veto sobre as decisões governamentais no que diz respeito à promoção da industrialização argentina. Por fim, o lugar estratégico do capital estrangeiro desde sempre na economia deste país limitou a autonomia do Estado nacional em relação às decisões de política econômica (Bulmer-Thomas, 1998; Ferrer, 2012; Gerchunoff e Llach, 2010; Lopes da Silva, 2018; O'Donnell, 1979; Oslak, 1997; Schwarzer, 1996; Sikkink, 1991).

México (1920-1970)

O processo industrializante no México e no Brasil foi muito mais vigoroso do que na Índia, na Argentina e no Chile. A ênfase nessas diferenças em termos de pujança do desenvolvimento industrial, sobretudo para os casos latino-americanos a partir de 1930, é recorrente na literatura (Dorfman, 1983; Fajnzylber, 1983; French-Davis *et. al.*, 1998; Perissinotto *et. al.*, 2014). Em termos gerais, portanto, o processo industrializante no México é muito semelhante ao observado no caso brasileiro, seja em sua cronologia (1940-1980), seja em seu meio principal (a substituição de importações). Vejamos o comportamento das nossas condições causais no caso mexicano:

a) Em termos de legado histórico, as vantagens econômicas (infraestrutura) e institucionais (estado razoavelmente centralizado) que poderiam impulsionar um projeto industrializante no México foram totalmente destruídas pelo processo revolucionário iniciado em 1910, que fez com que o país mergulhasse na guerra civil por, pelo menos, uma década (Camín e Meyer, 2000).

b) No que diz respeito à conjuntura crítica, a Revolução Mexicana é um evento ainda mais significativo do que a crise de 1929. Isso porque o movimento revolucionário que pôs fim ao porfiriato (1876-1911) iniciou, nas palavras de Camín e Meyer (2000:16-19), “uma mistura de rupturas” que chacoalharam o país durante a década seguinte.

c) Esse cenário caótico só foi estabilizado com a ascensão da elite de Sonora (província ao norte do país), marcada pela proclamação do *Plano de Agua Prieta*, em abril de 1920. Uma vez no poder, esse grupo dedicou-se prontamente à pacificação do regime e à reconstrução do Estado nacional,

que deveria ser utilizado para a reativação da economia (Camín e Meyer, 2000). A estratégia industrializante que havia sido iniciada antes da crise de 1929 foi intensificada depois dela, sobretudo a partir do governo de Ávila Camacho (1940-1946), e pavimentou o caminho para o milagre mexicano (1958-1970) (Camín e Meyer, 2000; Fuentes e Flores, 2001; Ortega, 2012; Osorio, 2008).

d) Tudo isso foi viabilizado pelo denso processo de construção institucional liderado pela elite sonorensense durante as décadas de 1920 e 1930, período no qual se construiu no México algo semelhante a um Estado desenvolvimentista (ED) (Camín e Meyer, 2000; Fuentes e Flores, 2001; Ortega, 2012; Osorio, 2008; Solís 1969).

Brasil (1929-1964)

Com ritmo bem menos intenso que o da Argentina, o Brasil, de meados do século XIX até os dias anteriores à crise de 1929, passou por um processo de expansão da economia agroexportadora que gerou um desenvolvimento econômico nunca visto no país. O estímulo da conjuntura crítica de 1930 (que, como no caso argentino, conjugou a Grande Depressão com a derrubada do governo constitucional em 1930), em função da grave crise que acometia o setor externo, levou o país em direção à modernização de sua economia, fazendo da industrialização uma meta a ser atingida. No final dos anos 1930, a demanda interna já não era mais determinada pela exportação de bens primários, com a indústria assumindo a liderança nesse ponto (Bulmer-Thomas, 2003:227-230). Entre 1950-55, o setor industrial ultrapassou a agropecuária como parte do PIB. No ano 2000, segundo Bulmer-Thomas (2003:10), a indústria representava 24% do PIB no Brasil e o país era responsável por 33% da produção manufatureira da América Latina, enquanto para a Argentina esses números eram, respectivamente, 17,6% e 14,2%. A literatura mostra que o Brasil foi bastante bem-sucedido em promover o aprofundamento da industrialização nacional. O país avançou rapidamente na substituição de importação de bens de consumo, constituindo em pouco mais de dez anos após a crise a sua indústria siderúrgica e, nos anos subsequentes, as indústrias de base, de bens de consumo duráveis e dando início a formação de um setor de bens de capital. Por essa razão, o Brasil faz parte de quase todos os estudos comparativos sobre países de industrialização tardia (Evans, 1995; Kohli, 2007). Vejamos a seguir como atuavam as variáveis identificadas por nós nesse processo.

a) o Brasil é um país com um ponto de partida favorável no que diz respeito ao legado da economia agroexportadora, que, assim como no caso argentino, fomentou a expansão de um parque industrial relativamente diversificado fornecendo as divisas necessárias para o seu financiamento. Porém, a situação do país era frágil do ponto de vista institucional, com um Estado com baixa capacidade de intervenção na economia, a despeito das experiências prévias com os planos de valorização do café.

b) Ao demolir os pilares de sustentação da economia agroexportadora, a conjuntura crítica produziu estímulos idênticos aos encontrados no caso argentino.

c) No entanto, a resposta brasileira foi diferente da argentina, pois esse momento crítico foi muito bem aproveitado por uma elite subjetivamente predisposta a perseguir seriamente o desenvolvimento industrial (os positivistas da burocracia civil e militar).

d) Consequentemente, essa elite construiu algo próximo de um ED, gerando formas mais institucionalizadas de intervenção econômica, de planejamento de longo prazo, de interação com sua burguesia industrial e de controle estatal do movimento operário. O Brasil enfrentou uma elite agrária menos articulada e mais dispersa do que a Argentina, mas ainda dotada de força social e política, e tinha no capital estrangeiro uma força fundamental na definição de sua dinâmica econômica. Este último aspecto, assim como no caso argentino, reduziu a capacidade de controle sobre as decisões que afetavam a economia nacional (Bulmer-Thomas, 1998; Cano, 2012, 2015; Evans, 1995; Fonseca, 1987, 2003, 2011; Fonseca e Salomão, 2020; Kohli, 2007; Paiva, 2009).

Suécia (1933-1976)

Durante o século XIX até a Segunda Guerra Mundial, a Suécia era um país essencialmente primário-exportador, produtor de madeira e minério de ferro. Já nos anos 1920 e 1930, e sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, o país transitou para uma sociedade industrializada, com o setor manufatureiro ditando o ritmo de crescimento da economia. Observando os períodos de 1861-1890; 1891-1915; 1921-1940 e 1946-1965, nota-se que o crescimento médio do PIB do setor agrário e do setor industrial foi, respectivamente, 2,3; 1,7 e 2,7 – 3,6; 1,8 e 6,1 – 3,5; 1,1 e 5,4 e, por fim, 4,3; 1,9 e 5,6 (Magnusson, 2000:107). A indústria cresceu rapidamente nos anos 1945-1970, a era de ouro do crescimento industrial sueco, em especial nos

setores tecnologicamente avançados (como mineração, indústria química e, acima de tudo, equipamentos). Porém, o país permaneceu fortemente vinculado ao mercado externo, mas agora com uma pauta de exportações dominada por produtos com alto valor agregado – como equipamentos, automóveis e produtos de engenharia, que passam de 15% para 40% das exportações entre 1940 e 1960. Como se comportam, ao longo desse processo, as quatro variáveis do nosso modelo?

a) Quanto às condições históricas herdadas, o país conta com um legado bastante positivo econômica e institucionalmente. Do ponto de vista econômico, a partir do século XIX, a Suécia passou a ser uma economia primário-exportadora pujante e que se diversificou rapidamente, gerando estímulos para a “transformação industrial” da segunda metade do século XIX. Institucionalmente, a Suécia contava, desde meados do século XVIII, com uma burocracia estatal razoavelmente organizada e, o que parece ser mais importante, promotora de instituições que favoreciam a inovação técnica a serviço do desenvolvimento econômico, sendo muito ativa nesse terreno entre 1870 e 1914.

b) A conjuntura crítica crucial para a industrialização definitiva do país ocorreu nos inícios dos anos 1930, quando se conjugaram a crise externa de 1929 e a ascensão ao governo, em 1933, de um grupo disposto a enfrentar a situação de crise de forma muito original; isto é, a socialdemocracia, cuja chegada ao poder é fruto de uma coalizão social entre trabalhadores urbanos e classe média rural.

c) Essa elite de orientação socialdemocrata, modernizante e igualitária, foi responsável por promover uma articulação extremamente original entre desenvolvimento social e desenvolvimento econômico, o que garantiu ao país um crescimento industrial intenso entre os anos 1940 e 1970. A literatura sobre esses países nórdicos revela que a política industrial e a política social eram pensadas conjuntamente.

d) O instrumento de realização desse projeto combinado de industrialização e solidariedade social foi o Estado de bem-estar social. Esse Estado, nem de longe tão intervencionista como os do leste asiático, combinou uma burocracia competente com uma estrutura de representação de interesses (o “corporativismo democrático”) no interior da qual os trabalhadores, ao lado do capital, tinham participação essencial. O resultado foi uma política industrial casada com a política voltada para o mercado de trabalho e que produziu, ao mesmo tempo, aumentos sistemáticos da

produtividade industrial e distribuição de benefícios e igualdade social (Alestalo e Kuhnle, 1986; Andersson e Lindmark, 2008; Berman, 2006, 1998; Blomström e Meller, 1991; Chang, 2006; Chang e Kozul-Wright, 1994; Dahl, 1966; Edquist e Lundval, 1993; Esping-Andersen, 1990; Flora, 1983; Katzenstein, 1985; Magnusson, 2000; Södersten, 1991; Stjernquist, 1966)

Noruega (1935-1966)

O caso norueguês é muito similar ao caso sueco. Província dinamarquesa por 434 anos e cedida à Suécia em 1814, só em 1905 o país se tornou independente. Em 1930, a Noruega ainda era um país essencialmente agrário, com esse setor sendo responsável por 40% do emprego da população economicamente ativa. Somente depois da Segunda Guerra Mundial a indústria ultrapassou a agricultura nesse quesito, atingindo algo em torno de 35%, enquanto a agricultura caiu para menos de 30% no mesmo período e chegou a somente 15% em 1970. Ao longo dos anos que vão de 1886 a 1975, a participação de produtos primários na pauta de exportação caiu significativamente, aumentando a presença de produtos manufaturados cada mais sofisticados, sobretudo metais, alumínio, fertilizantes, eletroquímico e eletrometalúrgica (Alestalo e Kuhnle, 1986; Balassa, 1969; Hveem, 1991). Como atuaram as nossas quatro condições nesse país?

a) o processo descrito acima está vinculado a um legado histórico favorável. No que diz respeito à economia, encontramos um setor primário-exportador que induziu o processo inicial de industrialização do país entre 1905 e 1920 (o *industrial breakthrough*). No que concerne à herança institucional, há duas dimensões importantes. A primeira refere-se à profunda tradição de domínio burocrático centralizado, herdada do regime absolutista dos reis dinamarqueses, posteriormente desenvolvida e reforçada. Ao lado dessa tradição vigorava uma vocação para a inovação econômica promovida pelo setor público. Foi nessa situação de uma economia primário-exportadora em expansão, gerando efeitos multiplicadores no setor industrial, e de um Estado com alguma tradição burocrática e intervencionista, que a Noruega vivenciou a conjuntura crítica que consideramos decisiva para a transição do país para uma sociedade industrial.

b) Assim como no caso sueco, essa conjuntura crítica ocorreu entre meados das décadas de 1920 e 1930, período em que a Noruega viveu a conjugação de uma forte crise econômica (a Depressão de 1929) com a ascensão política de um partido socialdemocrata – também com base numa aliança entre trabalhadores urbanos e a classe média rural.

c) A ascensão ao poder de uma elite também de orientação industrializante e igualitária marcou um período de acentuado intervencionismo estatal, que, no campo da política industrial, combinou medidas promotoras da produtividade do trabalho e da distribuição de benefícios sociais.

d) Também no caso norueguês, o arranjo institucional que operacionalizava o acordo social do país era o corporativismo democrático. Todas essas semelhanças com o caso sueco sugerem existir de fato uma “rota escandinava” para a industrialização (Alestalo e Kuhnle, 1986; Balassa, 1969; Esping-Andersen, 1990; Grytten, s/d; Hveem, 1991; Katzenstein, 1985; Larsen, 2001; Luebbert, 1991; Rokkan, 1966).

Coreia do Sul (1948-1985)

O que permite a um país sair de um longo processo de submissão colonial, entrar logo em seguida numa guerra civil altamente destrutiva e, em apenas vinte anos, transformar-se numa potência industrial? Seria pouco provável que um coreano acreditasse, no início da década de 1960, que apenas 26 anos depois seu país teria dez firmas entre as quinhentas maiores empresas privadas do mundo – as poderosas *chaebol*. Talvez acreditasse, ainda menos, que um país em que o setor manufatureiro representava apenas 9,0% do PIB contra 47,3% do setor primário no ano de 1953, passaria a contar com um setor industrial que, em 1978, representaria 31,6% de toda a riqueza nacional (Fajnzylber, 1983:107; Moreira Lima, 2013:61). Em poucos anos, a Coreia do Sul caminhou da condição de uma sociedade predominantemente agrária para um país com empresas de ponta no setor eletroeletrônico, automobilístico e siderúrgico. Em resumo, a Coreia do Sul parece ser uma somatória de fatores favoráveis ao desenvolvimento industrial acelerado, a despeito dos aspectos trágicos (ou às vezes exatamente por causa deles) de sua história. Vejamos como se articularam as quatro variáveis do nosso modelo no caso coreano.

a) O legado do colonialismo japonês foi altamente proveitoso, como mostra amplamente a literatura. Economicamente, a partir dos anos 1930, o Japão promoveu uma agressiva industrialização da Coreia, criando várias empresas ferroviárias, de comunicação, ópio, sal e tabaco – o que contribuiu para a acumulação de capital local. O governo colonial também incentivou a poupança privada por meio de uma série de reformas financeiras, o que fez com que os depósitos no Banco da Coreia (Banco de Chosen) dobrassem de 18 milhões de yens, em 1911, para 37 milhões em 1913. Segundo Kohli (2007:48), “a extensão da industrialização da Coreia

durante a fase colonial foi tanto considerável quanto quase única na história comparativa do colonialismo”. Quanto ao aspecto institucional, o legado prévio japonês se mostra também muito positivo quando avaliado em termos de *state-building*. O Japão chegou à Coreia em 1876, em 1905 definiu o país como protetorado e, em 1910, formalizou a ocupação e a condição colonial. A colonização coreana pôs abaixo os velhos fundamentos da secular Dinastia Yi: suprimiu a escravidão; criou um código civil moderno e uma moderna infraestrutura nas áreas de finanças, transporte e comércio; separou os assuntos públicos dos recursos da casa dinástica; suprimiu os exames nacionais orientados pelo confucionismo; adotou um novo sistema tributário com pagamento em dinheiro; e separou as funções judiciais das executivas (Amsden, 1989:31).

b) A conjuntura crítica instaurada logo após a rendição do Japão, a independência do país e a guerra entre as duas Coreias, respectivamente em 1945, 1948 e 1950, é altamente dramática. A partir dela, a ameaça permanente à soberania nacional vinda do vizinho comunista ao norte, conjugada com a ajuda econômica norte-americana, criou fortes incentivos externos para o *catching up* com as demais potências estrangeiras.

c) Essa conjuntura foi aproveitada por uma elite militar subjetivamente orientada por uma ideologia econômica claramente antiliberal e de forte inspiração Meiji, o que gerou uma combinação ótima de fortuna e *virtú*. Chegando ao poder em 16 de maio de 1961, por meio de um golpe militar perpetrado por Park Chung-Hee, essa elite promoveu uma radical renovação da elite política do país e conduziu uma profunda reestruturação da economia coreana.

d) Como instrumento dessa reestruturação econômica, deu-se a construção de um ED típico, centralizado e capaz de produzir intervenção em setores estratégicos da economia, com forte controle sobre os empresários e o mundo do trabalho e sem ameaças oriundas de uma elite agrária reacionária. O resultado foi um processo de industrialização fortemente ancorado no capital nacional, o que é, em grande parte, expressão da orientação ideológica daquela mesma elite modernizante (Amsden, 1989; Chang, 2010; Cumings, 1989; Evans, 2010; Fajnzylber, 1983; Kohli, 2007; Koo, 1989; Lai, 2018; Luedde-Neurath, 1988; Moreira Lima, 2013; ; Moura, 2021; Woo, 1991).

Taiwan (1949-1980)

No espaço de uma geração, Taiwan vivenciou um “milagre econômico” que a retirou da condição de uma província chinesa periférica e imersa em profunda pobreza, para passar a compor o mundo desenvolvido (Amsden, 1979:341).

No início de sua vida independente, a indústria representava 18% do produto doméstico líquido, passando para 46% em 1980. Entre 1952 e 1980, o índice da produção industrial saltou de 100 para 4.108. Nesse caminho, sua estrutura industrial transitou dos setores leves e tradicionais para os mais pesados e complexos. Como podemos explicar isso à luz das variáveis listadas por nós?

a) Taiwan, assim como a Coreia, era um fecho de condições positivas para o desenvolvimento industrial no que diz respeito ao legado histórico herdado. Todas as vantagens encontradas no legado japonês coreano são ainda mais presentes em Taiwan.

b) Além disso, a conjuntura crítica iniciada com a independência da Ilha perante o Japão, em 1945, e com a derrota dos Nacionalistas para os comunistas, em 1949, foi tão dramática quanto a coreana, muito embora tenha sido menos destrutiva, pois o país não presenciou uma guerra civil como a que devastou a península. Ao mesmo tempo, porém, conviveu (e convive) com uma ameaça internacional permanente, com o seu pior inimigo situado a pouco mais de 100 quilômetros de sua costa. Também nesse caso, a tensa situação geopolítica redundou em forte apoio econômico por parte dos americanos.

c) Essas condições foram enfrentadas por uma elite modernizante e fortemente organizada, formada não apenas pelo legado japonês, como no caso coreano, mas pela própria experiência administrativa do Kuomintang no governo da China até 1949, cuja orientação ideológica era, desde sempre, nacionalista e industrializante.

d) Essa elite construiu um poderoso ED, capaz de controlar capital e trabalho e de, logo no início da experiência nacionalista em Taiwan, impedir o surgimento de uma elite latifundiária por meio de uma profunda reforma agrária ocorrida entre 1950 e 1953. Por fim, setores estratégicos da economia de Taiwan permaneceram sob controle nacional, embora

o papel do capital estrangeiro tenha sido mais significativo do que foi na Coreia (Amsden, 1996; Cumings, 1989; Isett, 2019; Koo, 1989; Moura, 2021; Wade, 1988, 1990).

Japão (1868-1920)

O Japão é também um caso de transição bem-sucedida de uma sociedade predominante agrária para uma plenamente industrializada. Pode-se pensar que esse processo tenha se iniciado apenas depois da Segunda Guerra Mundial, quando o país foi derrotado e, pela primeira vez em sua história, ocupado por forças estrangeiras. De fato, após o fim da Guerra, a estrutura industrial do país mudou acentuadamente, com o percentual do valor industrial bruto da indústria têxtil caindo de 35% para 19%, entre 1965 e 1977, enquanto o mesmo percentual para a indústria de bens de capital subiu de 18% para 46% no mesmo período (Fajnzylber, 1983:36,57,67). O Japão da indústria de ponta, o reino distante das inovações tecnológicas assombrosas parece, de fato, um fenômeno do pós-guerra. Mas pensar isso seria um grave equívoco. O país entrou na rota da industrialização, conscientemente, após 1868, ano da Restauração Meiji (uma verdadeira conjuntura crítica), que afetou profundamente a vida agrícola, industrial e comercial do arquipélago (Allen, 1981:63). Entre 1881 e 1937, a indústria japonesa, por várias razões, mas sobretudo por conta das ostensivas intervenções do Estado ideologicamente orientadas por questões de segurança nacional, passou por transformações profundas, com a indústria têxtil e de seda cedendo cada vez mais espaço para setores pesados e tecnologicamente sofisticados, como as indústrias siderúrgica, naval, química e de equipamentos (Allen, 1981:81; Cumings, 1989:45,55; Gao, 1997). O que aconteceu?

a) O Japão conjuga legados históricos muito positivos deixados pelo período anterior ao seu processo de industrialização. Do ponto de vista econômico, houve avanço da industrialização já sob o shogunato. Com relação à dimensão institucional, ocorreu secular centralização política e administrativa patrocinada pelos shoguns contra os senhores locais, o que produziu um viveiro de burocratas competentes (os samurais) que promoveram a Restauração Meiji.

b) A esses legados, por sua vez, soma-se a presença de uma conjuntura crítica dramática de ameaça à soberania nacional, a partir de 1853, quando forças estrangeiras forçaram a abertura dos portos do país. A penetração

estrangeira, à qual o shogunato não pôde resistir, combinada com a profunda insatisfação dos samurais frente aos obstáculos para sua ascensão social e política, foram as razões por detrás da Restauração Meiji, em 1868.

c) A Restauração, por sua vez, permitiu a ascensão de uma elite modernizadora (os mesmos samurais), para a qual a racionalização administrativa e a busca da industrialização se apresentavam como objetivos políticos aos quais deveria estar submetida a condução da economia (Gao, 1997, cap. 1). Como decorrência, o Japão iniciou a construção institucional do seu ED já nos anos 1920 (Johnson, 1982), que se tornou cada vez mais autônomo em função do modo pelo qual, nos anos seguintes, encaminhou uma solução operária e agrária que eliminou a resistência nesses dois campos e estabeleceu uma aliança com os empresários. Por fim, nesse processo, o Japão resguarda a sua autonomia frente ao capital estrangeiro e, também nessa frente, o Estado mantém sob sua guarda a capacidade de formular as decisões de política econômica (Allen, 1981; Bendix, 1996; Chang, 2010; Cumings, 1989; Fanjzylber; 1983; Johnson, 1982, 1995; Maruyama, 1966; Moura, 2021; Smith, 1989; Storry, 1961).

Uma análise *fuzzzyset* dos casos

Nesta seção faremos uma *Qualitative Comparative Analysis* (doravante QCA) para sistematizar as informações acima e testar as hipóteses. A análise QCA é uma abordagem essencialmente comparativa voltada para estudos de poucos casos. Pretende ir além das abordagens quantitativas e qualitativas tradicionais, pois busca dar conta de dois objetivos aparentemente contraditórios: de um lado, fornecer uma visão tão aprofundada quanto possível dos casos, permitindo a captura das complexidades causais neles envolvidas e exigindo, para tanto, que os pesquisadores desenvolvam certa intimidade com os casos analisados; e de outro, produzir uma visão transversal desses casos e, com ela, algum grau de generalização (Rihoux e Marx, 2013, p. 168).

Por essas razões, avaliamos que a QCA seria adequada aos propósitos deste artigo. Isso porque, depois de estudar cada um dos treze casos delineados acima, lançar mão dessa abordagem permite: i) sumarizar as relações causais entre as condições descritas acima e nossa variável de resultado (industrialização); e ii) testar a robustez dessas relações para os casos em questão. Ao fazer isso, iremos ao encontro de duas das principais utilidades identificadas nessa abordagem por uma literatura cada vez

mais numerosa: a sumarização de achados empíricos e o teste de interpretações teóricas (Albala e Leal, 2022; Betarelli Junior e Ferreira, 2018; Sandes-Freitas e Bizarro-Neto, 2015; Schneider e Wagemann, 2012).

A escolha da abordagem e a calibragem das medidas

Como se sabe, além de uma abordagem específica, QCA é um termo guarda-chuva que abriga três técnicas diferentes a partir do tipo de *data-set* utilizado: na variante *crisp-set* (csQCA), os dados precisam assumir a lógica binária (0 ou 1), do tipo pertence ou não pertence; a variante *multi-value* (mvQCA), por sua vez, comporta dados categóricos multivalorados para as condições, mas não para a variável de resultado; por fim, na variante *fuzzy-set* (fsQCA), tanto condições quanto *outputs* podem assumir qualquer valor entre 0 e 1. Em função dessas características, ao escolher entre essas abordagens, o pesquisador precisa considerar duas dimensões: o tamanho da amostra e a necessidade de preservar informações (Albala e Leal, 2022; Rihoux e Ragin, 2009; Sandes-Freitas e Bizarro Neto, 2015).

No nosso caso, embora utilizando uma amostra do tipo *small-n*, a necessidade de preservar informações sobre os casos, sobretudo no que se refere à variável de resultado, nos levou a recorrer à variante *fuzzy*. Isso porque, mesmo sendo possível converter nossas condições prévias e sincrônicas em variáveis com três ou quatro categorias (o que nos possibilitaria utilizar a mvQCA), seria impossível usar a lógica binária para a variável de resultado (industrialização) sem comprometer o alcance da análise⁸. Assim, tanto as condições quanto os resultados foram calibrados para assumirem valores compatíveis com conjuntos difusos. As respectivas pontuações, apresentadas no Quadro 1, foram definidas com base num diálogo permanente entre o modelo teórico (descrito na primeira seção deste artigo), o desenho de pesquisa (que combina casos negativos, intermediários e positivos) e as informações extraídas da literatura resumida e referenciada na seção 2^o. Por fim, vale observar que a relação entre o número de casos e o de condições causais encontra-se dentro dos limites estabelecidos pela literatura para evitar resultados consistentes ou ausência de contradições, mesmo utilizando dados aleatórios (Marx e Dusa, 2011; Rihoux e Marx, 2013).

Quadro 1

Países e suas condições prévias e sincrônicas

País	Condições prévias			Condições sincrônicas		Resultado
	LH	CC	EM	TE	I	
Zaire	0	0	0	0	0	
Nigéria	0	0	0	0	0	
Filipinas	0,4	0,6	0	0	0	
Índia	0,4	0,1	0,4	0,3	0,2	
Chile	0,6	0,6	0,2	0,2	0,4	
Argentina	0,6	0,6	0,2	0,2	0,4	
México	0,2	0,3	0,8	0,6	0,6	
Brasil	0,4	0,6	0,8	0,6	0,6	
Suécia	0,7	0,6	0,8	0,6	1	
Noruega	0,7	0,6	0,8	0,6	1	
Coreia	0,7	1	1	1	1	
Taiwan	1	1	1	1	1	
Japão	1	1	1	1	1	

Fonte: Elaboração própria, 2020.

LH = legado histórico econômico e institucional; CC = conjuntura crítica; EM = elite modernizante; TE = Tipo de Estado; I = Industrialização

Em busca de conexões explícitas

O passo seguinte à calibragem dos dados foi verificar em que medida esse conjunto de condições, reunido a partir da literatura de referência, está causalmente relacionado ao êxito em processos de industrialização tardios (I). Mais especificamente, pretendemos responder a duas questões fundamentais. Primeira: esse conjunto de condições, de fato, importa para a industrialização dos casos aqui analisados? Segunda: quais dessas variáveis seriam causalmente mais importantes para explicar a industrialização desses países? Para respondê-las, orientamos nossa análise para a busca daquilo que Charles Ragin (2008) chamou de “conexões explícitas” entre nossas condições causais e nossa variável de resultado. Em uma análise QCA, como sugere o autor, as referidas conexões assumem a forma de relações de necessidade e suficiência

entre determinada condição ou conjunto de condições e a ocorrência do fenômeno em questão. Portanto, ambas as propriedades (necessidade e suficiência) serão aqui consideradas¹⁰.

Tabela 1

Análise da necessidade das condições

Condições testadas	Consistência	Cobertura
LH	0,79	0,85
CC	0,83	0,85
EM	0,88	0,91
TE	0,83	0,98
LH+CC+EM+TE	0,94	0,80
CC+EM+TE	0,94	0,80
EM+TE	0,88	0,91

Fonte: Elaboração própria (2020).

LH = legado histórico econômico e institucional; CC = conjuntura crítica; EM = elite modernizante; TE = Tipo de Estado.

Começando com a análise acerca da propriedade de necessidade das condições, a Tabela 1 mostra elevados coeficientes de consistência e cobertura¹¹, seja para cada uma das quatro condições causais tomadas isoladamente, seja quando se considera diferentes combinações entre elas – o que não chega a ser uma surpresa, levando em conta que são variáveis explicativas amparadas por uma literatura comparativa extensa e robusta.

No entanto, como este não é um trabalho exploratório, uma vez que testa uma interpretação teórica já consolidada, optou-se por estabelecer um critério mais exigente¹² para aceitar a propriedade de necessidade da condição ou configuração de condições: serão considerados como válidos apenas os coeficientes maiores ou iguais a 0,85, no caso da consistência, e 0,80, no da cobertura. Dessa forma, legado histórico, conjuntura crítica e tipo de Estado, quando tomadas isoladamente, não satisfazem o critério de necessidade (todas têm consistência abaixo de 0,85); mas elite modernizadora, sim (consistência = 0,88 e cobertura = 0,91). As três combinações causais que consideram as condições alternadamente (ou uma ou outra) também satisfazem a condição de necessidade, confirmando a dependência mútua entre elas. Embora a presença de uma elite modernizadora possa ser considerada uma condição necessária à industrialização, ao menos para os casos em tela, a mesma precisa, para que

seja possível perseguir seus objetivos, de uma janela de oportunidade (conjuntura crítica); e pode ser amplamente beneficiada, por exemplo, por legados históricos favoráveis.

No que diz respeito à *propriedade de suficiência*, a principal ferramenta oferecida pela análise QCA são as tabelas verdade (*truth tables*). Nesse sentido, cada linha de uma tabela verdade indica que dada condição ou combinação de condições está explicitamente conectada à variável de resultado (Rihoux e Ragin, 2009) ou, mais especificamente, indica que X é um subconjunto de Y (Ragin, 2008). Em outros termos, “cada linha de uma tabela verdade é uma declaração de suficiência teórica” (Betarelli Junior e Ferreira, 2018:81). No caso deste artigo, por trabalhar com quatro condições, a tabela verdade tem dezesseis linhas (2⁴), onde o expoente é dado pelo número de condições causais utilizadas.

Tabela 2

Tabela de configuração de casos (sem restos lógicos)¹³

LH	CC	EM	TE	N	I	Casos
0	0	0	0	3	0	Zaire, Nigéria, Índia
1	1	1	1	5	1	Coréia, Taiwan, Japão, Suécia, Noruega
1	1	0	0	2	0	Chile, Argentina
0	1	0	0	1	0	Filipinas
0	0	1	1	1	1	México
0	1	1	1	1	1	Brasil

Fonte: Elaboração própria (2020)

LH = legado histórico econômico e institucional; CC = conjuntura crítica; EM = elite modernizante; TE = Tipo de Estado; N = número de casos na linha; I = Industrialização.

Naturalmente, nem todas as linhas de uma tabela verdade serão úteis aos propósitos dos pesquisadores. No caso de amostras pequenas como esta, a grande questão para o analista é encontrar combinações causais que contemplem ao menos um caso empírico (Ragin, 2008:130-133), o que nos levou a desconsiderar as linhas sem instâncias empíricas (os chamados restos lógicos). Para além disso, em função dos objetivos desta pesquisa, dentre as seis combinações causais disponíveis na Tabela 2, interessamos apenas as três associadas à ocorrência do fenômeno aqui estudado (I=1). A primeira delas indica, sem nenhuma surpresa, que a presença simultânea das quatro variáveis explicativas aqui consideradas é condição suficiente à ocorrência da industrialização: os casos explicados por

essa combinação causal são os três asiáticos (Coreia, Taiwan e Japão) e os dois escandinavos (Suécia e Noruega). A segunda equação causal a ser considerada é dada pela presença simultânea de três das nossas quatro condições (CC, EM e TE), indicando que a presença delas é suficiente ao êxito industrializante: o caso explicado por essa equação é justamente o do Brasil. Por fim, há uma equação ainda mais econômica, dada pela combinação de apenas duas condições causais (EM e TE), indicando que a presença de uma elite modernizadora e de um Estado que favoreça o desenvolvimento são condições suficientes para produzir industrialização: o caso explicado por essa combinação é o do México.

Isso posto, estão dadas as condições para avaliar a pertinência das três hipóteses teóricas propostas neste artigo. A primeira delas defende que a industrialização tardia tem como condição necessária a presença de uma elite subjetivamente orientada e, ao mesmo tempo, capaz de construir coalizões que possam sustentar o objetivo industrializante, o que foi confirmado, para os casos em tela, pela análise de necessidade (ver Tabela 1). A segunda hipótese propõe que a presença daquela elite está intimamente vinculada à construção de instituições estatais que favoreçam o desenvolvimento via industrialização; ou seja, a presença da elite é condição necessária, mas não suficiente. Isso foi confirmado pela análise de suficiência realizada acima, mostrando que ao menos duas das nossas condições (EM e TE) precisam estar presentes para que a industrialização ocorra; ou seja, elites com intenções modernizadoras precisam construir instituições que possam concretizá-las. Por fim, a terceira hipótese sugere que o tipo de Estado criado para viabilizar a industrialização depende do tipo de elite que lidera o processo de construção institucional. A implicação disso é clara: combinações variadas entre diferentes tipos de elite e diferentes tipos de Estado podem gerar rotas distintas de transição para sociedades industrializadas.

Os casos aqui analisados ilustram três rotas possíveis. A primeira delas é a rota asiática (Japão, Coreia e Taiwan), na qual o processo de industrialização foi conduzido por uma elite estatal motivada, competente e autônoma que, quase sempre amparada por regimes autoritários, foi capaz de forjar coalizões que submetiam os capitalistas e reprimiam os trabalhadores. A segunda rota possível é a escandinava (Suécia e Noruega), em que uma elite socialdemocrata, orientada pelo princípio da solidariedade, conjugou democracia, industrialização e igualdade social. Nesse caso, o Estado nem de longe teve a mesma autonomia e capacidade de intervenção dos EDs asiáticos, mas foi uma ferramenta a serviço de um projeto coletivo

que envolveu Estado, capitalistas e trabalhadores no processo decisório, dando origem a dois casos paradigmáticos do famoso corporativismo societal europeu¹⁴. O terceiro caminho viável para a industrialização tardia é ilustrado pelos casos intermediários do Brasil e do México. Esses países combinam algumas características dos EDs asiáticos, como a presença de burocracias estáveis, ideologicamente compromissadas com a industrialização e razoavelmente autônomas, mas inseridas num contexto político e social no qual as principais classes sociais têm uma capacidade de veto muito maior (ainda que desigualmente distribuída) do que a encontrada em países como Taiwan, Coreia e Japão.

Conclusão

Nesta conclusão é relevante enfatizar as duas principais contribuições deste artigo para o estudo comparado dos processos de transição de sociedades agrárias para sociedades industrializadas, além de apontar para futuras pesquisas que poderiam seguir-se aos achados aqui apresentados.

A primeira contribuição reside no uso de metodologia raramente presente nos estudos de tipo similar e, talvez, completamente ausente na literatura brasileira sobre o mesmo tema. A maior parte dos trabalhos referenciados neste artigo lança mão do método histórico comparativo para analisar processos de industrialização bem ou malsucedidos e investiga um número bem menor de casos. Nesses estudos, os países são comparados sempre por meio de narrativas históricas densas, mas pouco ou nada formalizadas. Embora tais narrativas sejam impossíveis de serem reproduzidas em artigos científicos, no caso deste artigo elas foram fundamentais para a formalização propiciada pela *Qualitative Comparative Analysis*. A leitura de densas narrativas históricas abundantes na literatura comparada, combinada com o uso da QCA em sua versão *fuzzysset* (fsQCA), contribuiu para explicitar, por meio da calibragem de medidas propiciada pela técnica, a posição dos treze países analisados no que concerne às quatro condições causais do modelo analítico. O uso da fsQCA, porém, não viabilizou apenas a sistematização acima apontada. Além disso, permitiu testar a consistência do modelo explicativo aqui utilizado e, mais importante, identificar de forma precisa as condições necessárias e suficientes que explicam nossa variável de resultado.

A segunda contribuição do artigo resulta da primeira. Os achados propiciados pelo uso da QCA validam a hipótese formulada na introdução do artigo de que processos de industrialização tardia exigem, como con-

dição necessária, uma combinação de instituições e atitudes. Quanto ao primeiro ponto, o artigo reforça a tese institucionalista de que certos países possuem inegáveis “vantagens institucionais comparativas” (Boschi, 2011; Hall e Soskice, 2003) que permitem ao Estado “governar o mercado” (Amsden, 1989; Wade, 1990), como no caso dos Estados desenvolvimentistas asiáticos ou latino-americanos; ou conjugar, de maneira virtuosa, políticas sociais com aumento da produtividade do trabalho industrial, como no caso dos Estados dos países nórdicos. Estados capazes são, não há dúvida, fator fundamental para resolver problemas de ação coletiva atinentes ao processo de *catching up*.

Mas o artigo não apenas reitera os achados institucionalistas da literatura. Mais do que isso, serve para fortalecer outra contribuição menos usual e sistematizada: a importância das elites modernizadoras (tal como definida neste artigo) na causação dos processos analisados neste texto. Ou seja, o tipo de Estado presente num dado país não surge por geração espontânea e, por essa razão, a análise do processo que lhe dá origem e dos *state-builders* à sua frente é de fundamental importância para o pleno entendimento das suas características institucionais, assim como do desigual desempenho econômico entre os países. Como sugerem vários autores (Centeno *et al.*, 2017; Chang, 2006; Chibber, 2003; Stubbs, 2009), a diferença de qualidade entre as instituições precisa ser explicada não apenas em termos de pontos de partida históricos, mas também de compromisso ideológico daqueles que se dedicam a construir e a operar as instituições. A originalidade deste artigo reside em ter comprovado (e não apenas sugerido), por meio de uma análise fsQCA aplicada aos treze casos aqui analisados e amplamente baseada na literatura especializada, o peso causal da condição “elite modernizadora” na explicação de processos bem-sucedidos de industrialização. Mostramos, assim, que as elites, suas ideias e sua capacidade de forjar coalizões vencedoras tornam-se parte necessária da equação que nos permite explicar as diferenças institucionais e de desempenho entre os países analisados, configurando o que poderíamos chamar de *comparative elite advantage*. Aliás, vale mencionar, quanto a esse ponto, que a presença de uma elite modernizadora combinada com contextos históricos marcados por conjunturas críticas favoráveis constitui-se em condição suficiente para a promoção de um Tipo de Estado favorável ao desenvolvimento¹⁵.

As contribuições acima resumidas, por sua vez, sugerem dois tipos de pesquisas futuras que muito podem contribuir para um maior conhecimento dos fenômenos aqui analisados, além de permitir avançar nas discussões teóricas sobre o tema.

O primeiro deles é promover uma ampla pesquisa comparada tanto sobre os mecanismos causais que produzem as quatro condições do nosso modelo como sobre os mecanismos que conectam tais condições aos efeitos produzidos por elas. Isso estaria em consonância com o que vem sendo discutido atualmente na literatura sobre a complementaridade entre o uso da QCA e do *process tracing* para pesquisas como esta (Beach, 2018; Schneider e Rohlfing, 2013; Waldner, 2015; Williams e Gemperle, 2016). Enquanto a primeira técnica permite, como vimos, identificar condições necessárias e suficientes para a produção de um determinado resultado, a segunda permitiria revelar os mecanismos intermediários que conectam as duas pontas desse processo, aumentando a robustez das inferências causais.

Dessa sugestão mais geral deriva um segundo tipo de pesquisa, mais específico, que tem a ver com a centralidade causal de elites modernizadoras, tal como identificadas pela pesquisa, e a sua pertinência para pensar o Brasil atual. Há no país algum tipo de elite que possa ser qualificada como “modernizadora”? Alguns trabalhos têm enfatizado a atuação de elites estratégicas (estatais e econômicas) na conformação dos regimes produtivos no Brasil nas últimas décadas e suas percepções acerca dos diversos modelos de desenvolvimento em luta (cf. Diniz *et al.*, 2012). Outros, ainda, se dedicam ao estudo do recrutamento e trajetória de parte dessas elites, sobretudo aquelas localizadas no aparelho estatal (cf. Souza, 2015; Perissinotto *et al.*, 2017; Codato *et al.*, 2016; 2019). Seria importante contar com mais estudos, em especial de orientação qualitativa, voltados para a análise do processo de formação profissional desses grupos, do papel das instituições acadêmicas e das agências estatais na socialização de seus membros, de sua orientação ideacional, das suas redes de relações e, se houver, dos projetos de desenvolvimento formulados por eles.

Esse é um tema fundamental, pois, pelo exposto neste artigo, é preciso dizer que elites estratégicas dispostas e capazes de assumir “projetos nacionais” não surgem do dia para a noite, mas são produzidas por processos sociais e políticos complexos e de longa duração. Os positivistas brasileiros são fruto de uma configuração política e social de caráter regional, resultado de uma rede complexa de instituições civis e militares; a elite estatal coreana só existe em função do drama do colonialismo

japonês; a elite do Kuomintang é fruto da longa experiência desse partido com a política chinesa e também com o colonialismo nipônico; os reformadores Meiji, no Japão, surgiram de uma estrutura burocrática secular, criada a partir das reformas do shogunato e alçados ao poder por meio de uma revolução; a socialdemocracia nórdica foi o resultado de um longo e complexo processo social e político de produção de um partido que define, desde cedo, os trabalhadores e suas organizações como atores políticos incontornáveis.

Desse ponto de vista, cabe perguntar: em que instituições estão sendo produzidas as elites políticas e estatais do Brasil? Por meios de quais processos de socialização profissional e ideacional? Há alguma coesão entre os seus diversos componentes (empresariais, políticos, burocráticos etc.)? Essas elites são portadoras de algum projeto nacional de longo prazo? Esse parece ser um problema central para o futuro da nação e deve ser tomado como tal pela ciência política, se de fato desejamos pensar o nosso destino.

(Recebido para publicação em 21 de maio de 2021)

(Reapresentado em 18 de janeiro de 2022)

(Aprovado para publicação em 11 de fevereiro de 2022)

Notas

1. Conjuntura crítica é um momento de crise dos fundamentos de uma sociedade, marcado por profunda incerteza. As escolhas então feitas são críticas porque abrem determinadas vias de desenvolvimento e fecham outras, instaurando uma típica lógica de *path dependence*. Cf. Collier e Collier, 1991:27-31; Pierson, 2000.
2. Sobre a escolha da técnica e os limites relacionados aos números de casos e de condições, ver seção 3. Consideramos que as sociedades se industrializam quando a produção industrial ultrapassa a agrária como percentual do PIB, a população economicamente ativa empregada pelo setor industrial é maior que a empregada pelo setor agrário e o parque industrial se diversifica, surgindo um setor produtor de bens intermediários e de capital. Não é nosso objetivo apresentar dados sobre esses pontos neste artigo. A literatura consultada é amplamente consensual sobre o caráter industrial dos nossos casos intermediários e positivos e sobre a condição de sociedades pré-industriais dos nossos casos negativos.
3. Esse método produz proposições causais mais robustas porque permite comparar casos que contêm o fenômeno a ser explicado (casos positivos) com casos nos quais o fenômeno não ocorre (casos negativos). Idealmente, os casos devem ser similares em tudo, exceto na presença do fenômeno e de sua suposta causa. Assim, nenhuma condição presente tanto nos casos positivos quanto nos negativos pode ser a causa do evento em questão. Ver Stuart Mill, 2004, p. 253-259.

4. O conjunto de casos analisados carrega a vantagem da presença de casos intermediários para os quais o fenômeno investigado e as condições causais não estão simplesmente ausentes ou presentes, mas presentes em intensidades diferentes, o que fortalece o teste da causalidade.
5. Essas quatro condições encontram-se em ampla literatura referenciada neste artigo, mas quase sempre de maneira fragmentada. A integração dessas condições no modelo aqui apresentado é menos recorrente e tem semelhanças com aqueles elaborados por Haggard (1990) e Waldner (1999). Há, porém, três diferenças importantes. A primeira é que a condição “tipo de Estado” sintetiza os tipos de coalizão social e de vínculo entre Estado e sociedade que podem afetar a transição para sociedades industrializadas, ao passo que em Haggard “coalizões sociais” e “Estado” aparecem como analiticamente distintos. A segunda é que Haggard faz referências esparsas ao legado histórico enquanto em nosso modelo esse é um item à parte. E a terceira é que contamos com um número maior e mais diversificado de casos observados (treze contra seis). Vale lembrar ainda que a condição “tipo de Estado”, na medida em que contempla um tipo de coalizão social, incorpora também a intensidade do conflito intra-elite presente no modelo de David Waldner (1999).
6. “Regime político” e “posição geopolítica” poderiam ser outras variáveis a compor o nosso modelo explicativo. Quanto ao primeiro, a literatura mostra que regimes autoritários e democráticos estão vinculados tanto ao sucesso como ao fracasso da industrialização, com alguns casos experimentando os dois regimes ao longo do tempo. Quanto à segunda, parece-nos estar contemplada pela nossa variável “conjuntura crítica”, já que ameaças à soberania nacional estão, nos casos aqui em questão, inextricavelmente ligadas a problemas de geopolítica. Para uma discussão sintética sobre esses dois pontos e indicação de literatura correspondente, ver Perissinotto (2021, notas 215 e 225). É importante observar, porém, que a ajuda de potências hegemônicas a seus aliados (no caso, dos Estados Unidos à Coreia do Sul, Taiwan e Japão) não produz automaticamente políticas desenvolvimentistas. O surgimento dessas depende, em última instância, de fatores internos.
7. O uso do adjetivo predatório não implica defender uma oposição entre desenvolvimentismo e corrupção, mas sim dizer que nos casos como Zaire, Nigéria e Filipinas tais práticas não estavam submetidas a um projeto de industrialização, assumindo a forma de pilhagem pura e simples. Para casos em que a corrupção não funciona como impeditivo ao desenvolvimento, ver Okimoto, 1989; Woo, 1991; Gambacurta-Scopello, 2020.
8. Portanto, não ignoramos que a variante *fuzzy* da QCA seja mais comum em amostras com N intermediário ou grande. Apenas consideramos analiticamente mais vantajoso preservar o máximo de informação possível sobre os casos. Como dizem Schneider e Wagemann (2012, p. 263), “se em uma análise *small-N* todos os conceitos se prestam a ser representados por conjuntos fuzzy, que assim seja”.
9. Esse diálogo constitui característica essencial da QCA (Schneider e Wagemann, 2012). No nosso caso, a combinação entre o desenho de pesquisa com as informações sobre o nosso modelo teórico encontradas na literatura permite identificar, ao mesmo tempo, grupos de países diferentes e diferenças internas aos grupos. Assim, por exemplo, Brasil e Argentina pertencem ao grupo de países intermediários quanto à condição de resultado (tal como definida na nota 3) quando comparados aos demais países, mas a literatura mostra também que o primeiro avançou mais no seu processo de industrialização do que o segundo. Ademais, como o modelo teórico contempla quatro condições causais, nada impede que países em grupos diferentes de desempenho quanto à condição de resultado tenham desempenho similar quando uma condição causal é tomada isoladamente. Por exemplo, a variável “tipo de Estado” é teorica-

mente definida como a combinação entre capacidade técnica e capacidade política. Nesse sentido, Brasil, México, Noruega e Suécia se aproximam quanto à eficácia de intervenção do Estado (ainda que o sentido da intervenção seja diferente), mas se distanciam no que diz respeito às demais condições.

10. Os dados foram processados utilizando a versão mais recente (3.1b) do software fsQCA.
11. O coeficiente de consistência, equivalente ao de significância em análises estatísticas, mede a proporção em que os casos com uma dada combinação de condições causais também exibem o mesmo resultado. O coeficiente de cobertura, por sua vez, equivale ao de correlação ou de determinação e avalia em que medida determinada combinação causal responde por casos empíricos. Cf. Ragin, 2008:45-46.
12. Charles Ragin (2008, cap. 3) recomenda uma consistência mínima de 0,75; no caso da cobertura, trata-se apenas de não considerar coeficientes muito baixos (abaixo de 0,50), evitando o risco de mobilizar condições causais consistentes, mas empiricamente irrelevantes. Ver também Schneider e Wagemann, 2012; Batarelli Júnior e Ferreira, 2018.
13. Para variável de resultado = 1, os três tipos de consistência oferecidos pelo fsQCA 3.1b (Raw consist., PRI consist. e Sym. Consist) tiveram coeficientes = 1, exceto para o caso do México, cujos coeficientes foram, respectivamente, (0,95), (0,88) e (0,88).
14. Neste aspecto, discordamos de Chang (2006) quando argumenta que a industrialização em países como a França e a Suécia também teriam contado com Estados desenvolvimentistas, tal qual os países asiáticos.
15. Combinação que obteve consistência 1 e cobertura 0,91 quando a variável de resultado é o tipo de Estado (TE) e não a industrialização (I). Não há espaço para analisar mais densamente a questão neste artigo.

Referências

- Acemoglu, Daron; Robinson, James. (2012), *Por Que as Nações Fracassam: as Origens da Riqueza e da Pobreza*. Rio de Janeiro, Elsevier.
- Albala, Adrián; Leal, Leonardo Prates. (2022), “Introdução à Qualitative Comparative Analysis (QCA)”, in: Perissinotto, Renato; Botelho, João Carlos; Bolognesi, Bruno; Batista, Mariana; Santos, Manoel Leonardo (orgs.), *Política Comparada: Teoria e Método*. Rio de Janeiro, ABCP/Eduerj, pp. 99-122.
- Alestialo, Mattio; Kuhnle, Stein. (1986), “The Scandinavian Route: Economic, Social, and Political Developments in Denmark, Finland, Norway, and Sweden”. *Journal of Sociology*, v. 16, n. 3-4, pp. 1-38. DOI: 10.1080/15579336.1986.11769909.
- Allen, George. (1981), *A Short Economic History of Modern Japan*. New York, Saint Martin's Press.
- Amable, Bruno. (2016), “Institutional Complementarities in the Dynamic Comparative Analysis of Capitalism”. *Journal of Institutional Economics*, v. 12, n. 1, p. 79-103.
- _____; Palombarini, Stefano. (2009), “A Neorealist Approach to Institutional Change and the Diversity of Capitalism”. *Socio-Economic Review*, v. 7, n. 1, p. 123-143.
- Amsden, Alice. (1979), “Taiwan’s Economic History: a Case of Etatism and a Challenge to Dependency Theory”. *Modern China*, v. 5, n. 3, pp. 341-380.
- _____. (1989), *Asia’s Next Giant. South Korea and Late Industrialization*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (1996), “The State and Taiwan’s Economic Development”, in: Evans, Peter; Rueschemeyer, Dietrich; Skocpol, Theda (orgs.), *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 78-106.
- _____. (2001), *The Rise of the Rest: Challenges to the West from Late-Industrializing Economies*. Oxford, Oxford University Press.
- Andersson, Lars; Lindmark, Magnus. (2008), “Is Structural Change Speeding Up? The Case of Sweden, 1850–2000”, *Scandinavian Economic History Review*, v. 56, n. 3, pp. 192-208. DOI:10.1080/03585520802456941.
- Balassa, Bela. (1969), “Industrial Development in an Open Economy: the Case of Norway”. *Oxford Economic Papers*, v. 21, n. 3, pp. 344-359.
- Betarelli Junior, Admir; Ferreira, Sandro. (2018), *Introdução à Análise Qualitativa Comparativa e aos Conjuntos Fuzzy (fsQCA)*. Brasília, ENAP.
- Beach, Derek. (2018), “Achieving Methodological Alignment When Combining QCA and Process Tracing in Practice”. *Sociological Methods & Research*, v. 47, n. 1, pp. 1-36. DOI: 10.1177/0049124117701475.
- Bendix, Reinhard. (1996), *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo, Edusp.
- _____. (1998), *The Social Democratic Moment. Ideas and Politics in the Making of the Interwar Period*. Cambridge, Harvard University Press.
- Berman, Sheri. (2006), *The Primacy of Politics. Social Democracy and the Making of Europe’s Twentieth Century*. Cambridge, Cambridge University Press.

- Blomström, Magnus; Meller, Patricio. (1991), "Issues for Development: Lessons from Scandinavian – Latin American Comparison", in: Blomström, Magnus; Meller, Patricio (eds.), *Diverging Paths: Comparing a Century of Scandinavian and Latin American Economic Development*. Washington, Inter-American Development Bank, p. 1-14.
- Boschi, Renato (org.). (2011), *Variedades de Capitalismo, Política e Desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Bulmer-Thomas, Victor. (1998), "The Latin American Economies, 1929-1939", in: Bethell, Leslie (ed.), *Latin America: Economy and Society since 1930*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 65-114.
- _____. (2003), *The Economic History of Latin America since Independence*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Callaghy, Thomas. (1984), *The State-Society Struggle: Zaire in Comparative Perspective*. New York, Columbia University Press.
- Camín, Hector; Meyer, Lorenzo. (2000), *À Sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea (1910-1989)*. São Paulo, Edusp.
- Cano, Wilson. (2015), "Crise e Industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a Reconstrução do Estado Nacional e a Política Nacional de Desenvolvimento". *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 3, pp. 444-460.
- Cano, Wilson. (2012), "Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil". *Revista Economia*, v. 13, n. 3b, pp. 897-916.
- Centeno, Miguel; Kohli, Atul; Yashar, Debora. (2017), *Unpacking States in the Developing World: Capacity, Performance, and Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Chandra, Bipan; Mukherjee, Aditya; Mukherjee, Mridula. (1999), *India After Independence: 1947-2000*. India, Penguin.
- Chang, Ha-Joon; Kozul-Wright, Richard. (1994), "Organising Development: Comparing the National Systems of Entrepreneurship in Sweden and South Korea". *The Journal of Development Studies*, n. 30, v. 4, pp. 859-891, DOI: 10.1080/00220389408422341.
- Chang, Ha-Joon. (2006), *Kicking Away the Ladder. Developmental Strategy in Historical Perspective*. London, Anthem Press.
- _____. (2010), "Political, Organizational and Human Resource Requirements for the Developmental State", in: Edigheji, Omano (ed.). *Constructing democratic developmental state on South Africa: potentials and challenges*. Cape Town, HCRS Press, pp. 82-96.
- Chibber, Vivek. (2003), *Locked in Place: State-Building and Late Industrialization in India*. Princeton, Princeton University Press.
- Clastres, Pierre. (2003), *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo, Cosacnaify.
- Codato, Adriano; Perissinotto, Renato; Dantas, Eric Gil; Cavalieri, Marco. (2019), "La Connexion Financière". *Gouvernement et action publique*, v. 8, pp. 137-155.
- _____; Cavalieri, Marco; Perissinotto, Renato; Dantas, Eric Gil. (2016), "Economic mainstream and power: a profile analysis of Central Bank directors during PSDB and PT Governments in Brazil". *Nova Economia*, v. 26, n. 3, pp. 687-720.

- Collier, Ruth; Collier, David. (1991), *Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America*. Princeton, Princeton University Press.
- Crouch, Harold. (1985), *Economic Change, Social Structure and the Political System in Southeast Asia: Philippine Development Compared with the Other ASEAN Countries*. Singapore, Institute of Southeast Asian Studies.
- Cummings, Bruce. (1989), "The Origins and Development of the Northeast Asian Political Economy: Industrial Sector, Product Cycles, and Political Consequences", in: Deyo, Frederic (ed.), *The Political Economy of the New Asian Industrialism*. Ithaca: Cornell University Press, pp. 44–83.
- Dahl, Robert. (1966), "Patterns of Opposition", in: Dahl, Robert (ed.), *Political Oppositions in Western Democracies*. New Haven, Yale University Press, pp. 332-347.
- Diniz, Eli; Boschi, Renato; Gaitán, Flavio. (2012), "Elites Estratégicas y Cambio Institucional: la Construcción del Proyecto Post-Neoliberal en Argentina y Brasil". *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. v. 6, n. 2, pp. 14-53.
- Dorfman, Adolfo. (1983), *Cinquenta Años de Industrialization en la Argentina (1930-1980)*. Buenos Aires, Ediciones Solar.
- Drake, Paul. (1984), "La Misión Kemmerer a Chile: Consejeros Norteamericanos, Estabilización y Endeudamiento, 1925-1932". *Cuadernos de Historia*, v. 4, pp. 31-59.
- Duarte, César. (2019). "El Patrón Oro y la Gran Depresión en Chile: 1925-1935". *América Latina en la Historia Económica*, v. 26, n. 2, pp. 1-20. DOI: <https://dx.doi.org/10.18232/alhe.915>.
- Edquist, Charles; Lundval, Bengt-Ake. (1993), "Comparing the Danish and Swedish Systems of Innovation", in: Nelson, Richard (ed.), *National Innovation Systems: A Comparative Analysis*. Oxford, Oxford University Press.
- Ekundare, Richard. (1973), *An Economic History of Nigeria (1860-1960)*. London, Methuen & Co. Ltd.
- Esping-Andersen, Gosta. (1990), *The Three World of Welfare Capitalism*. Cambridge, Polity Press.
- Evans, Peter. (1995), *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (2010), "Constructing the 21th Century Developmental State: Potentials and Pitfall", in: Edigheji, Omano. (Ed.). *Constructing Democratic Developmental State on South Africa: Potentials and Challenges*. Cape Town, HCRS Press, pp. 37-58.
- Fajnzylber, Fernando. (1983), *La Industrialización Trunca de América Latina*. México, Editorial Nueva Imagen.
- Falola, Toyin; Heaton, Matthew. (2008), *History of Nigeria*. New York, Cambridge University Press.
- Ferrer, Aldo. (2012), *La Economía Argentina: desde Sus Orígenes Hasta Principios del Siglo XXI*. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires.
- Ffrench-Davis, Ricardo; Muñoz, Oscar; Palma, José. (1998), "The Latin American Economies, 1950-1990", in: Bethell, Leslie (ed.), *Latin America. Economy and Society since 1930*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 149-237.
- Flora, Peter. (1983), *State, Economy and Society in Western Europe (1815-1975). A Data Handbook. Volume I: The Growth of Mass Democracies and Welfare States*. London, Macmillan Press.

- Fonseca, Pedro. (1987), *Vargas: o Capitalismo em Construção (1906-1954)*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (2003), “Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante na Década de 1930”. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 1, p. 133-148.
- _____. (2011), “Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil”, in: Bastos, Pedro Paulo; Fonseca, Pedro Cezar (eds.). *A era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade*. São Paulo, Unesp, pp. 21-49.
- _____. (2014), “Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito”, in: Calixtre, André; Biancarelli, André; Cintra, Marcos Antonio (orgs.), *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília, Ipea, pp. 30-79.
- _____; Salomão, Ivan. (2020), “Industrialização Brasileira: Notas sobre o Debate Historiográfico”, in: Rougier, Marcelo (ed.), *Estudios Sobre la Industria en América Latina. Interpretaciones y Debates*. Buenos Aires, Lenguaje Claro, pp. 125-160.
- Fuentes, Santi; Flores, Vicente. (2001), “El Sector Público en México: de la Sustitución de Importaciones a la Sustitución de Exportaciones”. *Momento Económico*, n. 117, pp. 35-49.
- Gambacurta-Scopello, Ruggero. (2020), *L'État Développementaliste Brésilien et la Banque Nationale du Développement Économique et Social (BNDES): Libéralisme, Étatisme, Clientélisme*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Centre D'études Européennes (CEE), Paris.
- Gao, Bai. (1997), *Economic Ideology and Japanese Industrial Policy. Developmentalism from 1931 to 1965*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Gerchunoff, Pablo; Llach, Lucas. (2010), *El Ciclo de la Ilusión y el Desencanto: un Siglo de Políticas Económicas Argentinas*. Buenos Aires, Emecé.
- Gerschenkron, Alexander. (1976), *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*. Cambridge, Harvard University Press.
- Grytten, Ola Honingdal. (s/d), “The Economic History of Norway. Economic History”. *Economic History Association*. Disponível em: <https://eh.net/encyclopedia/the-economic-history-of-norway>.
- Haggard, Stephen. (1990), *Pathways from the Periphery. The Politics of Growth in the Newly Industrializing Countries*. Ithaca: Cornell University Press.
- _____. (2015), “The Developmental State is Dead: long Live the Developmental state!”, in: Mahoney, James e Thelen, Kathleen (eds.), *Advances in Comparative-Historical Analysis*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 39-66.
- Hall, Peter; Soskice, David. (2006), *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford, Oxford University Press.
- Hutchcroft, Paul. (1991), “Oligarchs and Cronies in the Philippine State. The Politics of Patrimonial Plunder”. *World Politics*, v. 43, n. 3, pp. 414-450.
- Hveem, Helge. (1991), “Developing an Open Economy: Norway’s Transformation 1845-1975”, in: Blomström, Magnus; Meller, Patricio (eds.), *Diverging Paths. Comparing a Century of Scandinavian and Latin American Economic Development*. Washington, Inter-American Development Bank, pp. 127-156.

- Isett, Christopher. (2019), "Uncertainty, Contingency, and Late Development in Taiwan", in: Lafrance, Xavier; Post, Charles (eds.). *Case Studies in the Origins of Capitalism*. Switzerland, Palgrave Macmillan, pp. 291-315. DOI: 10.1007/978-3-319-95657-2.
- Johnson, Chalmers. (1982), *MITI and the Japanese Miracle: the Growth of Industrial Policy: 1925-1975*. Stanford, Stanford University Press.
- _____. (1995), *Japan: Who Governs? The Rise of the Developmental State*. New York, Norton & Company.
- Kabwit, Ghislain. (1979), "Zaire: The Roots of the Continuing Crisis". *Journal of Modern African Studies*, v. 17, n. 3, pp. 381-407. DOI: 10.1017/S0022278X00005930.
- Katzenstein, Peter. (1985), *Small States in World Market: Industrial Policy in Europe*. Ithaca, Cornell University Press, Arquivo Kindle.
- Kohli, Atul. (1999), Where do High-Growth Political Economies Come From? The Japanese lineage of Korea's 'Developmental State', in: Woo-Cumings, Meredith (ed.), *The Developmental State*. Ithaca, Cornell University Press, pp. 93-136.
- _____. (2007), *State-directed Development: Political Power and Industrialization in the Global Periphery*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Koo, Hagen. (1989), "The Interplay of State, Social Class, and World System in East Asian Development: The Cases of South Korea and Taiwan", in: Deyo, Frederic (ed.). *The Political Economy of the New Asian Industrialism*. Ithaca, Cornell University Press, pp. 165-181.
- Kumar, Dharmaraj; Raychaudhuri, Tapan. (eds.). (2008), *The Cambridge Economic History of India (1757-1970)*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Lai, Christina. (2018), "Economic Nationalism in South Korea and Taiwan: Examining Identity Discourse and Threat Perceptions Towards Japan after the Second World War (1960s-1970s)". *Journal of Asian Security and International Affairs*, v. 5, n. 2, p. 1-23.
- Larsen, Erling Røed. (2001), "The Norwegian Economy 1900-2000: From Rags to Riches. A Brief History of Economic Policymaking in Norway". *Economic Survey*, v. 4 22-37.
- Leftwich, Adrian. (1995), "Bringing Politics Back In: Towards a Model of the Developmental State". *The Journal of Developmental Studies*. v. 22, n. 3, pp. 400-427.
- _____. (2000), *States of Development: On the Primacy of Politics in Development*. Cambridge, Polity Press.
- Leftwich, Adrian. (2010), "Beyond Institutions: Rethinking the Role of Leaders, Elites and Coalitions in the Institutional Formation of Developmental States and Strategies". *Forum for Developmental Studies*. v. 37, n. 1, pp. 93-111.
- Lewis, Peter. (1994), "Economic Statism, Private Capital and the Dilemmas of accumulation in Nigeria". *World Development*, v. 22, n. 3, pp. 437-451.
- Lopes da Silva, Diego. (2018), *Armas, Capital e Dependência: um Estudo Sobre a Militarização na América do Sul*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Universidade Estadual Paulista; Universidade Estadual de Campinas; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Luebbert, Gregory. (1991), *Liberalism, Fascism, or Social Democracy. Social Classes and the Political Origins of Regimes in Interwar Europe*. Oxford, Oxford University Press.

- Luedde-Neurath, Richard. (1988), "State Intervention and Export-Oriented Development in South Korea", in. White, Gordon (ed.), *Developmental States in East Asia*. New York, St. Martin's Press, pp. 68-112.
- Magnusson, Lars. (2000), *An Economic History of Sweden*. London, Routledge.
- Marx, Axel; Dusa, Adrian. (2011), "Crisp-Set Qualitative Comparative Analysis (csQCA), Contradictions and Consistency Benchmarks for Model Specification". *Methodological Innovations Online* v. 6, n. 2, pp. 103-148. DOI: <https://doi.org/10.4256/mio.2010.0037>.
- Maruyama, Masao. (1996), *Thought and Behaviour in Modern Japanese Politics*. London, Oxford University Press.
- Meller, Patricio. (1998), *Un Siglo de Economía Política Chilena (1890-1990)*. Santiago, Editorial Andres Bello.
- Moore Junior, Barrington. (1983), *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. São Paulo, Martins Fontes.
- Moran, Jon. (1999), "Patterns of Corruption and Development in East Asia". *Third World Quarterly*, v. 20, n. 3, pp. 569-587. DOI: 10.1080/01436599913695.
- Moreira Lima, Uallace. (2013), *Desenvolvimento Capitalista e Inserção Externa na Coréia do Sul: A Economia Política da Diversificação Industrial e do Comércio Exterior de Bens de Capital (1974-1989)*. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Moura, Rafael. (2021), *Industrialização, Desenvolvimento e Emparelhamento Tecnológico no Leste Asiático: Os Casos de Japão, Taiwan, Coreia do Sul e China*. Rio de Janeiro, Ideia.
- Muñoz, Oscar. (1995), *Los Inesperados Caminos de la Modernización Económica*. Santiago, Universidad de Santiago de Chile.
- O'Donnell, Guillermo. (1979), *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics*. Berkley, University of California.
- Okimoto, Daniel. (1989), *Between MITI and the Market: Japanese Industrial Policy for High Technology*. Stanford, Stanford University Press.
- Ortega, Luis. (2016). "Políticas de 'Fomento' en una Sociedad en Transición: Desafíos y Obstáculos. Chile en la Primera Mitad del Siglo XX". *Atenea (Concepción)*, n. 514, pp. 13-29. DOI: 10.4067/S0718-04622016000200013.
- Ortega, Marco. (2012), "Breve Historia de la Banca de Desarrollo Mexicana". *Análisis Económico*, v. 27, n. 65, pp. 171-206. Disponível em <<http://www.analisiseconomico.azc.uam.mx/index.php/rae/article/view/201>>.
- Oslak, Oscar. (1997), *La Formación del Estado Argentino: Orden, Progreso y Organización Nacional*. Buenos Aires, Planeta.
- Osorio, Martín. (2008), *Industrialización por Sustitución de Importaciones (1940-1982) y Modelo "Secundario-Exportador" (1983-2006) en Perspectiva Comparada*. Málaga, Editora Eumed.net.
- Paiva, Carlos. (2009), "A Burocracia no Brasil: as Bases da Administração Pública Nacional em Perspectiva Histórica (1920-1945)". *História*, v. 28, n. 2, p. 775-796.
- Perissinotto, Renato. (2021), *Ideas, Burocracia e Industrialización en Argentina y Brasil*. Buenos Aires, Lenguaje Claro Editora.

- _____; Cavalieri, Marco; Dantas, Eric; Dias, Rodolfo. (2017), "Redes Sociais e Recrutamento: o Caso dos Diretores e Presidentes do Banco Central do Brasil (1994-2016)". *Tempo Social*, v. 29, n. 3, pp. 61-82. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/125881>>.
- _____; Costa, Paulo Roberto Neves; Nunes, Wellington; Ilha, Angela. (2014), "Elites Estatais e Industrialização: Ensaio de Comparação entre Brasil, Argentina e México (1920-1970)". *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 34, n. 3, pp. 503-519. DOI: 10.1590/S0101-31572014000300009.
- Pierson, Paul. (2000), "Increasing Returns, Path Dependence and the Study of Politics". *American Political Science Association*, v. 94, n. 2, pp. 251-267.
- Ragin, Charles. (1987), *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Los Angeles, University of California Press.
- _____. (2008), *Redesigning Social Inquiry: Fuzzy Sets and Beyond*. Chicago, University of Chicago Press.
- Riohoux, Benoît; Ragin, Charles. (2009), *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Techniques*. Londres, Sage.
- _____; Marx, Axel. (2013), "Qualitative Comparative Analysis at 25: State of Play and Agenda". *Political Research Quarterly*, v. 66, n. 1, pp. 167-171. DOI: 10.1177/1065912912468269.
- Rivera, Temario. (1994), "The State, Civil Society and Foreign Actors: the Politics of Philippine Industrialization". *Contemporary Southeast Asia*, v. 16, n. 2, pp. 157-177.
- Rokkan, Stein. (1966), "Norway: Numerical Democracy and Corporate Pluralism", in: Dahl, Robert (ed.), *Political Oppositions in Western Democracies*. New Haven, Yale University Press, pp. 70-115.
- Rougier, Marcelo. (2012). *La Economía del Peronismo: Una Perspectiva Histórica*. Buenos Aires, Sudamericana.
- Sandes-Freitas, Vitor; Bizzarro-Neto, Fernando. (2016), "Qualitative Comparative Analysis (QCA): Usos e Aplicações do Método". *Revista Política Hoje*, v. 24, n. 2, pp. 103-118, Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3722>>.
- Schneider, Carstens; Rohlfing, Ingo. (2013), "Combining QCA and Process Tracing in Set-Theoretic Multi-Method Research". *Sociological Methods & Research*, v. 42, n. 4, pp. 559-597. DOI: 10.1177/0049124113481341.
- _____; Wageman, Claudius. (2012), *Set-Theoretical Methods for the Social Sciences: A Guide to Qualitative Comparative Analysis*. New York, Cambridge University Press.
- Schvarzer, Jorge. (1996), *La Industria que Supimos Conseguir: una Historia Político-Social de la Industria Argentina*. Buenos Aires, Planeta.
- Shonfield, Andrew. (1968), *Capitalismo Moderno*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Sikkink, Kathryn. (1991), *Ideas and Institutions: Developmentalism in Brazil and Argentina*. Ithaca, Cornell University Press.
- Smith, Thomas. (1989), *Natives Sources of Japanese Industrialization, 1750-1920*. Berkeley, University of California Press.

- Södersten, Bo. (1991), "One Hundred Years of Swedish Economic Development", in: Blomström, Magnus e Meller, Patricio (eds.), *Diverging Paths: Comparing a Century of Scandinavian and Latin American Economic Development*. Washington, Inter-American Development Bank, pp. 15-36.
- Solís, Leopoldo. (1969), "La Política Económica y el Nacionalismo Mexicano". *Foro Internacional*, v. 9, n. 3, pp. 235-248.
- Souza, Celina. (2015), "Capacidade Burocrática no Brasil e na Argentina: Quando a Política Faz a Diferença". Rio de Janeiro, IPEA, *Textos para Discussão*, n. 2035.
- Stjernquist, Nils. (1966), "Sweden. Stability or Deadlock?" In R. A. Dahl (ed.), *Political Oppositions in Western Democracies*, New Haven, Yale University Press, pp. 116-146.
- Storry, Richard. (1961), *History of Modern Japan*. London, Pelican.
- Stuart Mill, John. (2004), *System of Logic Ratiocinative and Inductive Being a Connected View of the Principles of Evidence and the Methods of Scientific Investigation*. Londres, Longmans; Green and Co.
- Stubbs, Richard. (2009), "What Ever Happened to the East Asian Developmental State? The Unfolding Debate". *The Pacific Review*, v. 22, n. 1, pp. 1-22.
- Thurbon, Elizabeth. (2016), *Developmental Mindset. The Revival of Financial Activism in South Korea*. Ithaca, Cornell University Press.
- Wade, Robert. (1988), "State Intervention in 'Outward-Looking' Development: Neoclassical Theory and Taiwanese Practice", in White, Gordon (ed.), *Developmental States in East Asia*, New York, St. Martin's Press.
- _____. (1990), *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*. Princeton, Princeton University Press.
- Waldner, David. (1999), *State Building and Late Development*. Ithaca, Cornell University Press.
- _____. (2015), "Process Tracing and Qualitative Causal Inference". *Security Studies*, v. 24, n. 2, pp. 239-250. DOI: 10.1080/09636412.2015.1036624.
- Wedeman, Andrew. (1997), "Looters, Rent-Scrapers, and Dividend-Collectors: Corruption and Growth in Zaire, South Korea, and the Philippines". *Journal of Developing Areas*, v. 31, n. 4, pp. 457-478.
- Weiss, Linda; Hobson, John. (1995), *States and Economic Development: A Comparative Historical Analysis*. Cambridge, Polity Press.
- Williams, Timothy; Gemperle, Sergio. (2016), "Sequence Will Tell! Integrating Temporality into Set-Theoretic Multi-Method Research Combining Comparative Process Tracing and Qualitative Comparative Analysis". *International Journal of Social Research Methodology*, v. 20, n. 2, pp. 121-135. DOI: 10.1080/13645579.2016.1149316.
- Wolters, Willem. (1984). *Politics, Patronage and Class Conflict in Central Luzon*. Quezon City, New Day Publishers.
- Woo, Jung-en. (1991), *Race to the Swift. State and Finance in Korean Industrialization*. New York, Columbia University Press.
- Young, Crawford.; Turner, Thomas. (1985), *The Rise and Decline of the Zairian State*. Madison, The University of Wisconsin Press.

Yurisch, Karina. (2012), "Ideas, Intentos y Fracasos en el Proceso Modernización Administrativa entre las Dos Administraciones de Ibáñez (1927:1958)". *Universum*, v. 27, n. 1, pp. 13-27. Disponível em: <https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762012000100002>.

Zanatta, Loris. (1996), *Del Estado Liberal a la Nación Católica: Iglesia y Ejército en los Orígenes del Peronismo (1930-1943)*. Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes.